

Campus

1ª Quinzena de outubro de 87 — nº 107

UnB caça picaretas

Ministério muda com fim da Aliança

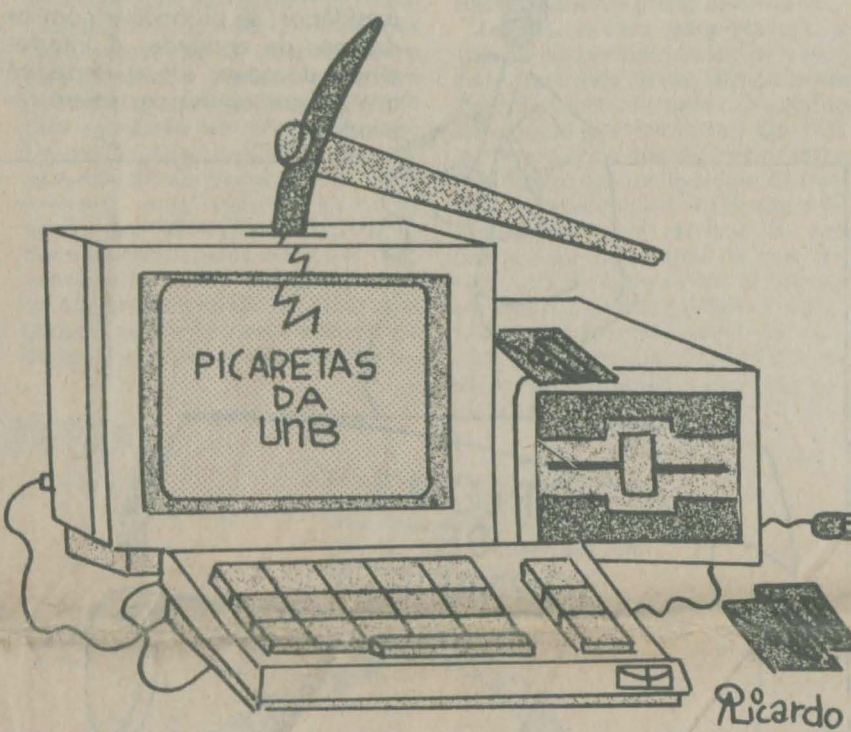
Se você tem alguma pretensão de fazer parte do ministério de Sarney, deve ser um ardoroso defensor do sistema presidencialista e ter uma boa base parlamentar de apoio. Esses são os requisitos fundamentais dos novos ministros de um governo acostumado a crises. O fim da Aliança Democrática implodiu o ministério e deu a Sarney a chance de rever o equilíbrio de que depende para governar.



FLAAC

No imenso palco em que se transformou a UnB, a América Latina desfilou por inteiro: sons, cores, humores. E, queixas e vaias à parte, por entre oficinas de palavras soltas como roupa no varal, da música livre de Hermeto, do teatro-surpresa dos argentinos, o encontro de "los hermanos" afinal aconteceu. A viagem da latinidade, na pg. 6

Aqueles professores que não produzem desde 80 vão ter que arrumar uma explicação para se defender da acusação de picaretas. O decanato de Pesquisa e Pós-Graduação vai fazer uma lista negra usando um computador. O reitor já mandou uma carta para 256 professores que não produziram trabalhos em 85 e 86, pedindo que eles sugiram maneiras de mudar esta situação. Além do problema da falta de produção, a Universidade enfrenta dificuldades quanto à qualidade de ensino. Alguns departamentos estão avaliando os professores, mas os resultados ainda não apareceram.



Estudante: hora é de fazer política

A política estudantil está de volta ao campus da UnB. Nem todos aprenderam com os erros do passado. O desencanto é grande e muitos alunos nem querem ouvir falar de política. Mas a comissão pró-DCE abre a discussão para descobrir que política se deve e se pode fazer na Universidade.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

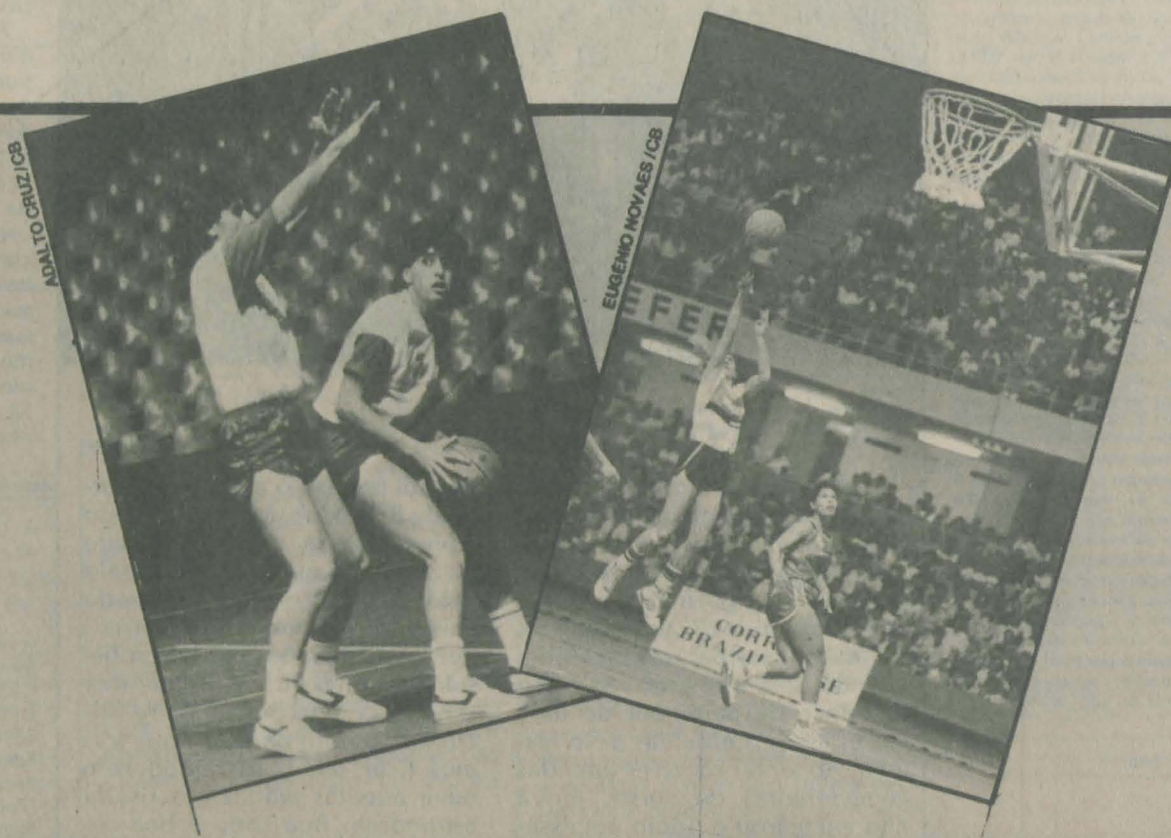
"Essa é a chance de mudar"

O líder do PMDB no Senado critica o presidencialismo e denuncia o perigoso isolamento de Sarney.



Agora, a bola vai rolar na UnB

Enfim nasceu um novo espaço. Um espaço há muito desejado por grande parte da galera. A partir de agora você vai conviver com a nova editoria de esportes do "Campus". E como nosso vínculo principal é com a torcida, foi escolhida uma pauta muito especial para este primeiro número: Uma entrevista exclusiva com as heroínas do basquete feminino, a nova mania dos "Pub's" e ainda, a organização dos JIUnB's.



Editorial

A volta do DCE

A intenção de reconstruir o Diretório Central dos Estudantes, partida de representantes dos Centros Acadêmicos, retoma uma discussão que, nos últimos três anos, praticamente ficou restrita a um reduzido grupo de militantes partidários. Hoje, mais da metade dos estudantes da UnB não chegou a conhecer o DCE e grande parte nem sequer ouviu falar da entidade que se desestruturou em 84, após duas eleições que não obtiveram quórum por absoluta falta de vontade dos alunos em se verem representados.

Motivo não falta para os estudantes reconstruírem o DCE. É indiscutível que eles só ganhariam dispondo de uma entidade séria, reconhecida pelos alunos e respeitada na comunidade acadêmica, que funcionasse como canal de reivindicação e interferência junto à administração e que se posicionasse, inclusive, a respeito de questões mais gerais, como políticas educacional, cultural e econômica.

Numa universidade em que existe uma associação de professores poderosíssima e outra, de funcionários, de fortes tendências corporativas, os estudantes, por não disporem de uma entidade, têm pouco poder de influência. As eternas ameaças de greve

e a histórica falta de verbas quase nunca encontraram respostas significativas da parte dos alunos. Em greves como a do início do ano, quando estava em jogo a viabilidade das universidades e havia necessidade de apoio discente, a participação estudantil foi medíocre. Somente o esforço de uns poucos, sempre os mesmos, impediu que os estudantes fossem meros espectadores da crise.

A importância de reconstruir o DCE, entretanto, não é suficiente para indicar que o momento mais adequado seja este. A "falência" de três anos atrás foi provocada, entre outras causas, por uma série de erros no comportamento dos que atuavam. De nada adiantaria reerguer uma entidade dirigida por pessoas que trouxessem para dentro da universidade as mesmas condenáveis práticas políticas dos altos escalões da República. O fisiologismo e as brigas por poder se encarregariam de, em pouquíssimo tempo, sucumbir

novamente o DCE.

É importante lembrar que muitos dos componentes da atual Comissão Pró-DCE são remanescentes do tempo em que a entidade existia e, além da contribuição que podem dar em virtude da experiência adquirida, correm o risco de trazer também os vícios do passado. Cada uma das pessoas e das correntes políticas que atuavam naquela época têm sua parcela de culpa por não terem conseguido conquistar a confiança dos seus "representados". Os que não atuaram são igualmente culpados por se omitir e, assim, permitir que o DCE morresse.

A presença de organizações políticas no movimento estudantil pode ser saudável. O debate de diferentes tendências é positivo, mas só despertará interesse se não se transformar em vazias campanhas eleitorais ou em estúpidas "guerrinhas" de discurso.

A mudança na prática dos "engajados" é pré-requisito para a consolidação do DCE, porém, isso só vai acontecer quando a maioria dos estudantes, incluindo principalmente os extrapartidários, se preocupar com os destinos da entidade. A interferência de novas idéias impedirá que antigos equívocos sejam repetidos.

CARTAS

Brasília, 04 de setembro de 1987.
Ao Editor-chefe do Jornal CAMPUS, Mário Tafari:

Há cerca de duas semanas concedi entrevista ao seu jornal sobre a situação, na atual administração, do CPD — Centro de Processamento de Dados — do qual sou funcionário há vários anos, tendo sido publicada na forma de depoimento enxugado e adaptado no número 106, página 7.

Lendo o texto no exemplar que gentilmente me foi entregue pela entrevistadora tive, de imediato, a desagradável surpresa de perceber que graves omissões haviam sido cometidas, de modo a distorcer o sentido geral e colocando-me numa posição de ardente "azevedista", a qual jamais correspondeu à realidade. Sinto-me, portanto, na obrigação e no direito de prestar esclarecimentos.

Respondendo a pergunta "...ó que mudou?", afirmo que o papel do CPD na administração Azevedo era bem definido (o que considero irrefutável) e fiz questão de frisar que, apesar disto, não gostava, não concordava com as definições, acrescentando meu reconhecimento de que é muito mais trivial impor ditatorialmente as decisões que procurar o caminho da conciliação das diversas correntes de idéias e interesses.

Nada disto foi escrito, e o que poderia ser uma crítica justa e necessária sobre o tratamento ultimamente dispensado ao CPD ficou reduzido quase a um tom de chacota pouco digna de maiores considerações pois, já de há muito tornou-se notório que naquela administração o papel do CPD era bem definido e restrito a uma posição servil às funções administrativas, com poucos benefícios diretos à comunidade acadêmica, dentre os quais figura como rara e feliz exceção a informatização da Biblioteca Central.

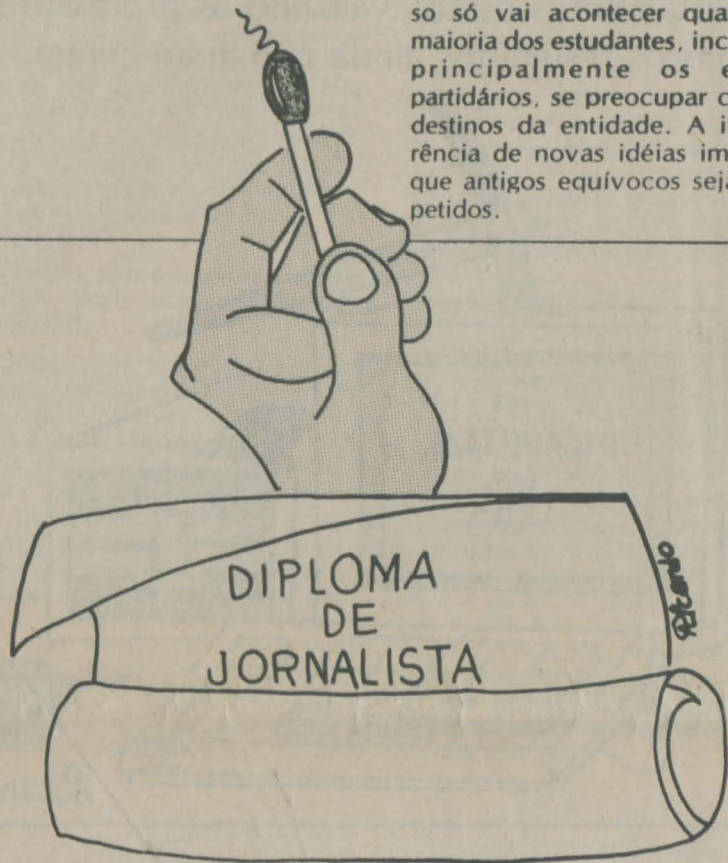
Acredito que a administração atual tenha seus méritos, mas não quero nem posso julgá-la, sobretudo por não conhecer tão bem sobre suas realizações. Porém, no que tange à minha área de competência, sinto-me na obrigação de tecer considerações, sempre que possível. Pois bem, tenho a atual proposta de informatização como mais ampla e louável que qualquer outra, mas dificuldades não faltam, o que não constitui nenhuma novidade já que várias instituições já enfrentaram e enfrentam semelhantes problemas de transição para a descentralização do processamento, sem dúvida, matéria complexa.

Neste contexto crítico, tem ocorrido o que considero fruto de uma postura equivocada da reitoria em relação ao CPD, que o coloca numa condição ambígua. Desde o início da atual gestão, uma impressão generalizada prevaleceu entre os funcionários do órgão de que havia um propósito claro de extingui-lo, refletindo-se no agravamento das evasões do quadro de pessoal, com perda de muitos funcionários altamente capazes, vários dos quais interessados em áreas importantíssimas como inteligência artificial, computação gráfica e sistemas operacionais. De lá para cá houve certamente a percepção, por parte da reitoria, de que os laços de dependência da administração para com o CPD eram bem maiores que na avaliação inicial, uma herança da antiga concepção centralizadora.

Ao lado das intenções existentes de descentralizar o processamento de dados da administração, nada mais óbvio, no meu entender, que o redirecionamento dos objetivos do CPD, mais para perto da área-fim, evitando um futuro elefante branco. Quando da posse da atual diretoria, surgiram contornos mais bem definidos de uma decisão nesse sentido, o que considero a afirmação de uma vocação que sempre existiu em forma embrionária no órgão, com grandes promessas.

Mas, ao lado do grave problema das evasões, a contemplação com recursos essenciais para a área de microinformática, básica face a qualquer proposta de informatização atual, foi escassa e inadequada, com cinco dentre um total de oito microcomputadores tendendo à subutilização devido às características, tornando-se os demais super-disputados, num evidente prejuízo. Não constitui isto uma grande incoerência? Certamente, o ser e se levarmos em conta a questão do software é básico elemento extremamente crítico a qualquer instituição que pretenda desenvolver o que quer que seja em computação. Mal encontro um qualificativo para o descaso no que diz respeito a software básico, pois até o momento não contamos com um sequer para micros de 16 bits que não tenha sido obtido por meio de cópia-pirata! A grosso modo, não seria muito diferente construir prédios sem instalações contra incêndio.

É do meu maior interesse a publicação destas declarações na imprensa, como forma de sanar parcialmente meu prejuízo perante a comunidade. Certo de ser atendido, agradeço antecipadamente. Henrique de Arruda Forthmann



O Jornalismo que não se aprende na escola

O jornal Folha de São Paulo, com sua campanha contra o diploma para o jornalista, chegou a um ponto em que, vencido pela lógica dos argumentos e pela verdade fria dos números da Comissão de Sistematização, está partindo para o irracionalismo e para a agressão pura e simples. Não se pode entender de outra forma a legenda feita para a foto de um estudante de Comunicação: "diploma de palhaço". Com este texto, a direção da Folha agride não só os estudantes como todo o seu corpo profissional, jornalistas formados que infelizmente precisam de um emprego na Folha, já que o mercado de trabalho é limitado. O desrespeito a toda uma classe profissional é tão grande que mostra

bem o ódio que inspira um jornalismo sério, responsável, a buscar cada vez mais a liberdade de informar, a democratização dos meios de comunicação.

Ganhamos a batalha do diploma. Vamos agora a uma outra luta: a das comissões de redação. Estudantes de Comunicação e jornalistas precisam lutar para que a liberdade de informação não fique apenas nas mãos dos donos de jornal que, como o da Folha de São Paulo, têm-se mostrado despreparados para tal função. Que tal mandar tais diretores de volta aos bancos escolares de um Curso de Comunicação?

CÉLIA MARIA LADEIRA
Professora-Orientadora
do Jornal Campus



Contratempo no FLAAC

O FLAAC já terminou. Muita coisa boa aconteceu, mas tivemos também alguns contratemplos. Numa dessas histórias que contando, ninguém acredita, o laboratorista do "Campus", Jeová Xangô sofreu um acidente quando pela primeira vez tinha a chance de participar de uma das oficinas oferecidas pelo festival. Ao tentar socorrer uma das companheiras do curso, Jeová não encontrou o apoio necessário, caiu de uma altura considerável e acabou quebrando a per-

na. Foi preciso o auxílio do Corpo de Bombeiros para que nosso amigo tivesse o mais rápido atendimento médico. Agora, ele vai ficar "de molho" por mais de dois meses. Ruim para o jornal, que perde um excelente profissional, ruim para a UnB que fica sem um de seus personagens folclóricos e ruim para nós que vamos ficar um bom tempo sem ouvir aquelas piadas e a risada estrondosa. Boa sorte e boa recuperação, Jeová.

Editoria do Cantus

Recado
do editorUm jornal
para a UnB

A experiência de fazer um jornal-laboratório só é válida se realizada dentro de um permanente processo de renovação e aprimoramento das técnicas e objetivos. Isto explica porque o "Campus" sofre constantes mudanças tanto na sua parte gráfica, quanto nas formas de abordagem e cobertura dos assuntos contemplados por sua equipe de reportagem. Os alunos, que cumprem papel de repórteres e editores, são trocados a cada semestre, havendo, também, revezamento entre os professores que orientam as duas disciplinas responsáveis pelo jornal.

Neste semestre, o "Campus" aparece com duas novidades. A primeira é o "Suplemento Especial" que acompanha este número e que funciona como um espaço totalmente livre para a criatividade e a busca de inovações por parte dos alunos. Sem nome fixo e sem a preocupação da cobertura factual, o suplemento é mais uma conquista do "Campus", que tem, antes de qualquer outra coisa, a função de laboratório.

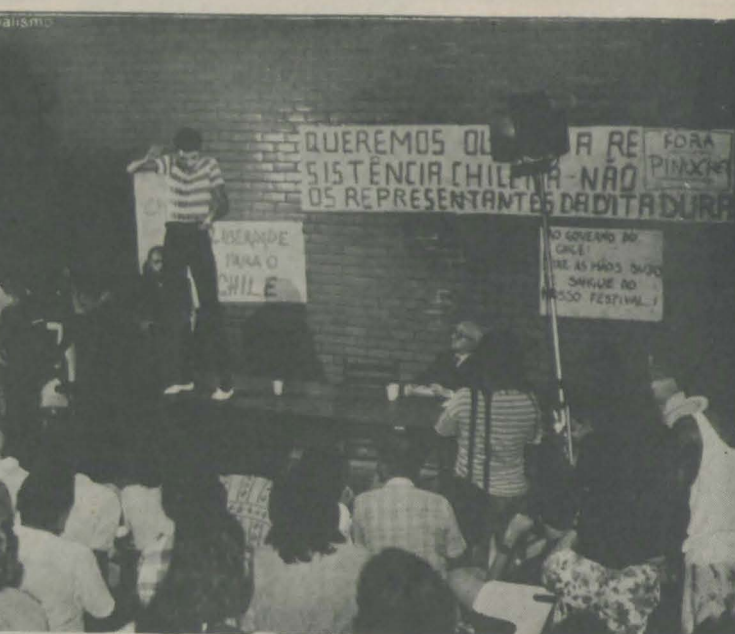
Com esta conquista, o "Campus" tradicional passa a ser usado, exclusivamente para a aplicação das técnicas jornalísticas já conhecidas na chamada "grande imprensa" e amplia, ainda mais, sua capacidade de formação de profissionais para o mercado de trabalho.

A outra novidade deste número é que, finalmente, foi definido que o público do "Campus" é a comunidade universitária. A partir de agora, as coberturas nas áreas de política, comportamento e UnB terão seu enfoque dirigido aos estudantes, funcionários e professores da universidade.

E a
Rádio UnB?

O poster originalmente publicado no RICARDÃO, suplemento deste jornal, virou símbolo da campanha pela Rádio UnB, e sairá em todas as edições do Campus para lembrar a todos que tem gente que não desistiu da luta, e só aguarda que um número maior de pessoas, competentes, se juntem e revertam a situação, concretizando o velho sonho da RÁDIO UNIVERSITÁRIA.

A história muitos conhecem. A Rádio UnB, através de artifícios oriundos da ditadura, foi transformada em Rádio GDF, sob o nariz de todo mundo. A importância da emissora para a Universidade e a comunidade é gigantesca. Os funcionários da UnB estão muito preocupados com suas questões trabalhistas e não conseguem ver tão longe. Os mestres estão muito preocupados com as questões universais e não conseguem ver tão perto. Os alunos estão muito preocupados com os seus diplomas e não conseguem ver nada. Fica então uma pequena perguntinha: e a Rádio UnB?



O mímico e o chileno: um pela arte, o outro pela política. Ambos sem palavras.

Vaia é preciso?

Naquela tarde de setembro, a democracia antecipara-se à primavera. De um lado, impotente, o enviado oficial da ditadura chilena. Do outro, o povo, tomando dele o microfone e declarando em alto e bom som o repúdio pela presença de Roque Esteban. No que pareceu ser o clímax do episódio, o chileno foi condenado a dar sua palestra para a imprensa, para meia dúzia de funcionários da UnB e outro tanto de membros da sua embaixada.

Mas o clímax revelou-se o anticlímax. Alguns minutos depois de se retirar, o povo, ou pelo menos parte dele, entrou novamente no Anfiteatro e, numa atitude digna de Pinochet, cassou a palavra de Roque Esteban. Ele abandonou a cena, juntando-se ao coro de "assassino" que lhe era dirigido.

Sim, porque aqueles que forçaram a saída do representante chileno assassinaram um pouco a liberdade com esta atitude. Por outro lado, fizeram isto como protesto lícito contra a presença de um enviado do assassino não só de liberdades individuais, mas de milhares de pessoas. Quais devem ser os limites? Por que o discurso é um e a prática se mostra outra?

Na Nicarágua, as primeiras

medidas do governo sandinista foram ditatoriais: jornais foram fechados, o parlamento dissolvido. Estreitamente, não são poucos os que acham indispensável esse procedimento para o êxito do processo revolucionário. Há duas semanas, Daniel Ortega anunciava os primeiros passos da abertura nicaragüense. Isto prova que é impossível um voo sem escalas para o estado democrático?

A questão tem também o seu lado cultural, do tipo "façam o que digo mas não façam o que faço". No Brasil, é comum dizer-se que a classe política apenas articula o discurso, sem pô-lo em prática. O povo no Anfiteatro fez alguma coisa, só que talvez tenha feito justamente o contrário do que pregava.

Em 89, acontecerá o II FLAAC. Pode ser que do Chile venha não mais um partidário de Pinochet, e sim o representante de uma ditadura de esquerda. Qual será a reação? O caso Roque Esteban deve nos levar a refletir e discutir este e outros pontos, para que tentemos descobrir como e quando floresce a democracia. Porque ao inverno se segue a primavera, e esta é para todos.

LUIZ PIU
Repórter do
Jornal Campus

E a integração
da América
Latina?

Integração latino-americana. Sim, com esse objetivo, realizou-se o 1º Festival Latino-Americano de Arte e Cultura — FLAAC —, de 13 a 25 de setembro de 1987, sob os auspícios da Universidade de Brasília. Durante 15 dias, pessoas ligadas às artes, vindas dos países da América Latina se reuniram para discutir caminhos concretos a uma possível integração latino-americana.

Avaliar as iniciativas empreendidas é sempre uma maneira de construir soluções concretas, e não incorrer novamente em erros que eventualmente tenham sido fruto de experiências passadas. Importa, portanto, colocar nesse momento, que certos questionamentos básicos estiveram no 1º FLAAC muito mais subjetiva que objetivamente. Um deles é certamente o que se entende por integração latino-americana. E, dando sequência, quais os pressupostos da integração? O que queremos integrar? Com quais objetivos? Como fazê-la? Integrar significa reunir um grupo de pessoas num mesmo espaço físico? Integrar significa trocar experiências nacionais dentro de um mesmo universo de interesse — nesse caso, as artes?

No questionamento acima levantado, a questão lingüística, configurando-se barreira concreta à integração é elemento básico na discussão. No entanto, não existiu painel que tratasse objetiva e claramente disso. Por que uma questão chave como essa não aflorou no festival? Será que tal fato não nos leva às perguntas iniciais no que diz respeito à integração?

ANA HELENA ROSSI
Colaboradora

Uma luta
contra o
tempo

O CAMPUS me lembra muito um menino preso no seu quarto. Um menino cheio de vida, com um enorme potencial criativo reprimido pelas limitações físicas impostas pela clausura de quatro paredes. Assim, ele passa a construir sua rotina em torno daquela realidade. Com o tempo o menino cede e se entrega a uma situação aparentemente imutável. Deixa de ter ideais para ter idéias viáveis. E, embora ele cresça, as paredes parecem cada vez maiores e mais próximas.

Dentre os diversos tijolos que ajudam a manter essas paredes um me parece especialmente oneroso para o desenvolvimento do menino. É a periodicidade do CAMPUS. É essa desconfortável quinzenalidade. Não só estamos fora da realidade de um mercado de trabalho cada vez mais próximo — e mais distante —, mas principalmente ficamos agredidos em nosso trabalho jornalístico. A luta contra a pauta que insiste em ficar defasada, perdendo a corrida dos fatos para uma realidade impenosamente dinâmica. A dificuldade de elaborar um cronograma de cobertura conseqüente. O martírio de uma edição onde os critérios se embaralham.

A editoria de política está particularmente vulnerável a esse desgaste. Ficamos expostos também a críticas muitas vezes injustas quando o produto final chega ao leitor desavisado. É preciso demolir essa parede e não bater nela com a cabeça do menino.

RICARDO MIRANDA FILHO
Editor de política do
Jornal Campus

EXPEDIENTE

Jornal-laboratório do Departamento de Comunicação da UnB
Endereço: Campus da UnB — ICC Norte
Editor-Chefe: Eumano Silva
Editores: Valéria Cristina Castanho (UnB), Ricardo Miranda Filho (Política), Giselle Chassot (Comportamento)
Editores do Suplemento: Luiz Fernando Molina, Paulo Cabral, Delman Assis, Hélio Franco, Mário Salimon.

Repórteres e Redatores: Andréa Moraes, Andréa Quintiere, Augusto Rodrigues, Daniel Ângelo, Dizo Dal Moro, Alessandra Rios, Flávio Guilherme, Floriano Filho, Giuliana Morrone, Jane Araújo, Jorge Lage, Larissa Chagas, Luiz Piu, Márcia Binder, Marilda Vargas, Marcus Vinícius B. Lopes, Marcos Pinheiro, Mário Celso de Araújo Tafari, Mauro Porto, Militão Ricardo, Nathália Kneipp, Oswaldo Buarin Júnior, Paulo Fona e Verner Uhlman.

Fotografia: Susana Dobal, Nathália Kneipp e Delman Assis.
Professores Orientadores: Salomão Amorim, Célia Maria Ladeira, Gonzaga Mota e André Gustavo.
Diagramação: Márcio Amaral e Jane Araújo
Ilustração: Ricardo Miranda Filho
Secretário de Redação: Floriano Filho
Composição, Revisão e Impressão: CORREIO BRASILIENSE.

Sarney vai refazer o seu governo

“Era uma Aliança inexistente há muito tempo”. Com essa frase, o líder do PMDB na Câmara, deputado Luís Henrique, resumiu o principal acontecimento político dos últimos dias. Na verdade, o anúncio do rompimento da Aliança Democrática pelo presidente do PFL, senador Marco Maciel, no último dia 24, seguido do pedido de demissão do ministro da Educação, Jorge Bornhausen, cairia no esquecimento como uma atitude teatral se não tivesse detonado uma grave reforma ministerial. A intenção do presidente José Sarney de recompor sua base de apoio parlamentar provocou na Esplanada dos Ministérios um efeito dominó que terminará por moldar a nova face de um governo em crise.

A indicação do vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson, do PMDB, para a Sudene, era o argumento de que a cúpula pefelista necessitava para justificar uma manobra visando ampliar seu espaço político. “O PFL quer ocupar mais

espaço no governo numa manobra de bastidores”, denuncia o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE). E acrescenta: “não tenho dúvida de que isso está sendo feito em sintonia com o presidente Sarney”. Com ele concorda o deputado Roberto Freire (PCB-PE), para quem tudo não passa de uma “estratégia do PFL e do Palácio do Planalto para montar uma base de apoio mais coesa em torno de objetivos conservadores”. “Me parece uma farsa”, resume.

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, acha que o PMDB dividido entre ser governo e oposição “não gera a maioria parlamentar que permita ao presidente administrar o País”. Ele não admite que se acuse o partido de ter rompido a Aliança por uma mera briga por cargos dentro do governo. “Transformaram o que era um objetivo ideológico em fisiologia, em puros interesses materiais e pessoais”, contesta o líder do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi. Já o deputado Afif Domingos (PL-SP) vai mais longe: “essa Aliança nunca existiu. A palavra

aliança é o encontro de homens em torno de uma convicção. Esse encontro de homens em torno de uma conveniência é uma cumplicidade democrática”.

O presidente Sarney tenta agora se equilibrar entre um partido majoritário, mas dividido, e outro coeso porém com ralo volume eleitoral. “Ter cargo no governo não ganha eleição. Às vezes, até tira voto”. A frase do senador Marco Maciel parece sinalizar o afastamento definitivo do governo, mas o deputado pedessista Bonifácio de Andrada prefere acreditar na “vocaçao governista” do PFL.

No tiroteio entre os antigos parceiros, o PFL encontrou um flanco desguarnecido do PMDB na figura do ministro da previdência Raphael de Almeida Magalhães, acusado de corrupção administrativa. A defesa do presidencialismo e o poder de arrematamento dentro do Congresso são agora virtudes indispensáveis para um político se tornar ministro de Sarney.

RICARDO MIRANDA FILHO
e
VERNER UHLMANN

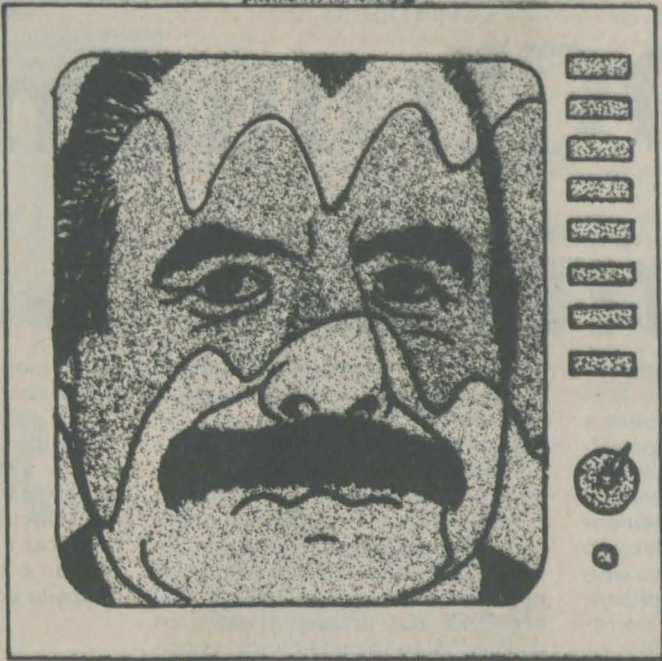
● Jan/85 — Já na composição do ministério Tancredo despontam divergências. O PMDB faz restrições aos nomes de Jorge Bornhausen e Antônio Carlos Magalhães e quer uma pasta para Pedro Simon.

● Fev/86 — Ameaça de racha na primeira reforma ministerial. O líder do PFL, José Lourenço, não aceita o PMDB com os ministérios da Educação e da Indústria e do Comércio. Ulysses evita comentar nomeação de Marco Maciel para o Gabinete Civil.

● Nov/86 — PMDB esmaga nas eleições para governadores e é acusado pelo PFL de estelionato eleitoral.

● Nov/85 — A Aliança fracassa no primeiro teste eleitoral. Ninguém se entendeu nas eleições para prefeitos das capitais.

● Mar/86 — Futuro da Aliança se define pela economia. Enquanto o cruzado teve popularidade a Aliança se manteve. Nos bastidores, a guerra das eleições de novembro já estava declarada.



Ricardo

Um parto difícil

O acordo entre o PMDB e a dissidência do PDS, convertida em Frente Liberal, começou a ser costurado nos últimos meses de 83, quando muitos opositoristas e pedessistas temiam pela transição sem um entendimento para a sucessão presidencial de João Figueiredo. A má vontade do general na condução do processo sucessório revelava suas restrições ao nome do vice Aureliano Chaves. Nos bastidores da guerra pelos votos dos convencionais do PDS, Andreazza e Maluf não perdiam tempo. A campanha popular pelas eleições presidenciais diretas não ecoou com o mesmo vi-

gor no plenário do Congresso, que barrou a emenda Dante de Oliveira.

Foi a deixa para entrar em cena a articulação interpartidária que líderes como Tancredo Neves já moldavam entre um comércio e outro. O veto do governo às prévias dentro do PDS precipitou o choque de frente com a dissidência. Em junho de 84, Sarney deixa a presidência do PDS, que dois meses mais tarde rachava de vez com a vitória de Maluf na convenção. A 23 de julho de 84 foi selada, em Brasília, a Aliança Democrática. O então senador José Sarney foi indicado pela Frente Liberal para vice na chapa de Tancredo. Constrangido,

ele se entrancheou dentro da legenda do PMDB, superando a resistência dos setores mais progressistas do partido e um entrave legal sinalizado pela Lei Orgânica dos Partidos. A formalização da Aliança ocorreu a 7 de agosto, em Brasília, com a assinatura do documento “Compromisso com a Nação” pelos caciques liberais e do PMDB.

Ficção histórica ou pacto de elites conservadoras, a Aliança começou a deteriorar com a morte de Tancredo. O acordo da transição pacífica cumpriu o papel de eleger o presidente no Colégio Eleitoral, mas perdeu o fôlego na meteórica sucessão de fatos políticos, que passaram pelas eleições para as prefeituras e os governos estaduais, em 85 e 86. O Acordo de Minas já era um doente em estado terminal.

● Jul/87 — Lourenço joga de novo com a ameaça de rompimento caso não fosse feita uma reforma ministerial. “Quem quiser que rompa”, desabafa Sarney.

● Ago/87 — O pedido de demissão do ministro do Interior, Joaquim Francisco, do PFL, reabre velhas feridas. Junto com ele sai o superintendente da Sudene, Dorany Sampaio, do PMDB. Diagnóstico: insubordinação de hierarquia.

● Fev e Mar/87 — Divergências quanto ao regimento interno da Constituinte. PFL retira-se do plenário para rejeitar o projeto. Sarney julga-se traído pela bancada do PMDB e nomeia o conservador Carlos Sant’Anna Ilder do governo no Congresso. Mais tarde, a Aliança briga pelos cargos na Mesa do Congresso Constituinte.

Set/87 — Entre xingamentos e acusações, o PFL anuncia o rompimento formal da Aliança Democrática. A indicação de Carlos Wilson, do PMDB, para a Sudene, serve de pretexto para o acirramento da luta por espaço político dentro do governo.

Parlamentarismo exorcisa fantasma de golpe

“No presidencialismo o poder moderador está nas mãos dos militares”. Com esta frase o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique faz a defesa do sistema parlamentarista de governo. Segundo Luiz Henrique, o Presidente da República sempre encontra dificuldades para cumprir as promessas feitas durante a campanha eleitoral, e acaba buscando o apoio militar para manter a estabilidade de seu governo”. Já o parlamentarismo, na opinião do líder peemedebista, é um regime mais transparente e flexível “no sentido de suportar as crises, sem que delas resultem uma intervenção militar”.

A mesma opinião no entanto não é dividida pelo relator da comissão de sistematização, deputado Bernardo Cabral, que se diz parlamentarista “por convicção” e acusa o sistema presidencialista de ser um retrocesso histórico porque “continua sendo um filho dileto e direto da monarquia”. Há uma posição que, segundo o deputado Bonifácio de Andrade, do PDS mineiro, é consenso dentro do

grupo parlamentarista: “o presidencialismo é anti-democrático pois toma as decisões nos gabinetes, à revelia da nação”.

PARTIDOS FRÁGEIS

Os simpatizantes do sistema presidencialista de governo também se defendem no ataque. O senador Maurício Corrêa (PDT-DF) diz que não votará pelo parlamentarismo “porque não temos ainda uma burocracia capaz de ajustar-se a esse sistema de governo”, e se une ao deputado José Lourenço, quando o líder do PFL critica a estruturação dos partidos políticos. Segundo José Lourenço, os partidos só existem nas vésperas de eleições, e “sem partidos políticos não há como se fazer parlamentarismo”.

Já o deputado Prisco Viana, do PMDB, entende que se houver um Congresso forte, não há necessidade do parlamentarismo vingar, porque “o presidente deixará de concentrar poderes, retirando-se essa característica que muitos chama de imperial”. O presidente do Senado, Humberto Lucena, também do PMDB, acompanha a posição de Viana e se diz até simpático ao sistema parlamentarista “por achá-lo mais demo-

crático”, mas defende hoje o presidencialismo “em face da tradição republicana”.

PODER ABSOLUTO

Dentro do Palácio do Planalto a defesa do presidencialismo é ainda mais intensa. O porta voz da presidência, jornalista Frota Neto admite que “o congresso nacional quase não tem participação no governo por causa do regime militar” mas garante que a intenção do Presidente Sarney é “inverter essa situação” ampliando a participação do Congresso, principalmente no que diz respeito a decisões financeiras e econômicas.

Segundo o porta voz, esse é o sistema de governo defendido por Sarney: presidencialismo com um congresso fortalecido. No entanto, as últimas declarações do Presidente Sarney de que o Presidente da República dever ser o chefe do governo e do estado, deixam transparecer que ele não abre mão do controle absoluto do poder.

FLÁVIO GUILHERME
VERNER UHLMANN
OSWALDO BUARIN JUNIOR
ALESSANDRA RIOS

OLHO VIVO

● Por 79 votos a 7 a Sistematização manteve a exigência do diploma universitário para o exercício da profissão de jornalista. Entre os que votaram contra a obrigatoriedade estão nomes como: Fernando Henrique Cardoso, José Richa, José Serra e Severo Gomes.

● “O Sarney deixou de ser o presidente da transição para ser o presidente da crise”, resumiu o sempre crítico deputado pernambucano Fernando Lyra.

● “Mais retrocesso é impossível”. Esse foi o desabafo do deputado Florestan Fernandes (PT-SP), quando perguntado sobre o risco de um retrocesso na transição.

● O deputado Afif Domingos, do PL paulista, tem uma maneira peculiar de se referir à finada Aliança Democrática. Para ele, “aquilo era uma cumplicidade democrática”.

● O deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), tem uma frase para avaliar a atuação do presidente José Sarney, guindado ao posto máximo da República pelas mãos do destino. “O presidente Sarney é um acidente histórico e como acidente histórico está demonstrando à nação que é um acidente”.

● O deputado federal gaúcho José Fogaça tem insuspeitos dons proféticos. No meio de 1984, quando a Aliança Democrática ainda era um feto em formação, ele soltou uma frase que hoje soa familiar: “se não houver uma definição clara das propostas (da Aliança), a candidatura Tancredo, que é de transição, pode virar candidatura de reciclagem do regime, sob nova feição”.

● É triste constatar o fato de que, aonde quer que se vá, seja no Congresso ou em algum departamento da UnB, há duas respostas quando nos identificamos como repórteres do CAMPUS: “O que é isso?” ou “Nunca li”.

História continua sigilosa

O substitutivo do relator Bernardo Cabral, curiosamente, deixou de fora um parágrafo que proibia o sigilo de qualquer documento por mais de vinte anos, contados a partir de sua produção. A ausência desse dispositivo, que constava na emenda apresentada pelo grupo do senador José Richa (PMDB-PR), tomou ar de mistério porque até agora não se sabe quem foi responsável pelo seu desaparecimento.

A inclusão do parágrafo na nova Constituição permitiria a divulgação de informações, hoje trancadas a sete chaves pelos órgãos oficiais, a respeito de importantes episódios da história do Brasil, como a guerra do Paraguai, a segunda guerra mundial e o movimento de 64.

Partidário do fim do sigilo, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, afirmou desconhecer as forças que agiram para a queda do parágrafo, mas revelou que não houve qualquer decisão sobre o tema da direção do seu partido. No meio militar também é difícil levantar qualquer pista. No Serviço Nacional de Informações (SNI), um assistente do ministro Ivan Mendes deixou claro que o órgão não está muito preocupado em elucidar o problema: “Se depender de um pronunciamento do ministro, vocês (repórteres) vão ficar na banana”.

TRANSPARÊNCIA

Antes da redação do texto de Bernardo Cabral, o Arquivo Nacional já havia enviado à Constituinte um documento sugerindo a manutenção da cláusula. Pela proposta, apenas os documentos referentes a questões econômicas e financeiras ou que digam respeito a relações diplomáticas e militares com outros países poderiam ficar retidos por até vinte anos,



Ricardo

ficando os demais abertos ao julgamento e exame da população.

“BRAZILIANISTAS”

Se os brasileiros têm dificuldades em ter informações sobre o seu próprio passado, o mesmo não acontece nos Estados Unidos. Os “brazilianistas”, denominação dada aos americanos que se voltam para o estudo da nossa história, são constantes fontes de esclarecimento para os estudiosos brasileiros que, impossibilitados de conseguir aqui dentro os documentos, têm de ir buscar lá fora as peças do nosso quebra-cabeça histórico. Uma constrangedora inversão do processo.

A professora GERALDA DIAS, do Departamento de História da UnB, considera que não há sentido que uma geração inteira seja impedida de conhecer a época em que vive. “Preservar a história não é deixá-la guardada, mas democratizá-la. História também é presente”, resume. A professora teme que, como previa a redação do parágrafo, muitos documentos importantes sejam caracterizados como sigilosos visando empernar o acesso do público. “Documentos internos das universidades, por exemplo, não precisam de prazo nenhum para serem liberados e devem ter livre acesso”, explica.

EUMANO SILVA

Uma estrutura viciada

Da maneira como os setores ligados ao governo abominam a idéia do parlamentarismo, parece que o sistema de gabinete é a porta de entrada para um período de graves turbulências políticas. Não é o que pensam dois nomes de peso do departamento de Ciência Política da UnB, os professores David Fleischer e Walder de Góes.

No parlamentarismo, segundo Fleischer, há uma maior fiscalização do executivo pelo eleitorado, através

de um legislativo forte. Para o professor, esse sistema poderá oferecer ao país um melhor controle sobre o aparelho burocrático, as políticas econômicas e evitar as aventuras e abusos orçamentários. Além do mais, permite maior flexibilidade para mudanças de rumo do governo através da queda de gabinetes.

Walder de Góes, no entanto, se mostra mais reticente. Ele acredita que no fundo qualquer sistema adotado teria sérios problemas devido à

carência e fragilidade de nossa estrutura institucional. Há que se acabar com o clientelismo partidário, o baixo nível de instrução do eleitorado e a má qualidade dos serviços burocráticos. Ele culpa a disjunção entre a maioria parlamentar ocasional e o executivo pela crise crônica que desgastou a república presidencialista no Brasil. Exemplos a história já se incumbiu de nos oferecer: o suicídio de Getúlio, a renúncia de Jânio, a deposição de Jango e o atual impasse do governo Sarney.

O descrédito dos estudantes desestruturou o DCE. Isso foi em 84... Agora, uma comissão prepara a sua volta. Mas é preciso conseguir quórum mínimo nas próximas eleições. Será que a UnB está interessada?

Reconstrução do DCE: quem se arrisca?

O Diretório Central dos Estudantes pode voltar a funcionar em breve. Pelo menos é isso que espera a Comissão Pró-DCE, formada por alguns membros do Conselho de Entidades de Base, que reúne representantes dos CA's. O primeiro elemento no processo de discussão sobre o DCE foi uma nota enviada aos alunos no início do semestre explicando o porquê da necessidade de reconstrução. A partir de agora, os membros da Comissão pretendem organizar uma série de debates e discussões nos CA's e em toda a universidade, visando a um processo de politização que pode nos remeter a uma eleição ainda este ano.

"A diretoria do DCE deve manter, no seu dia-a-dia, uma preocupação básica com a UnB. Deve pensar na universidade em todos os seus aspectos, em seus novos rumos". Essa é a opinião de Manoel Rodrigues Pereira Neto, aluno de História e membro da Comissão Pró-DCE. Se-

gundo ele, o movimento estudantil aprendeu com os erros do passado e está buscando coisas novas. "A maioria dos estudantes se interessa por política. O problema é como abordar essa política", completa.

Para Solimar L. Cunha, também membro da Comissão e aluno de Sociologia, o o movimento estudantil não deve separar os problemas universitários dos problemas políticos do País. "Não se pode dividir as coisas em dois pólos. De uma forma ou de outra você acaba chegando na política. Não quer discutir política no movimento estudantil é uma posição muito parcial. É preciso unir as duas coisas. O problema da contratação de novos professores, por exemplo, envolve toda uma questão política contra o MEC e contra a política adotada pelo Governo. É muito parcial ficar só discutindo se

queremos mais professores ou não".

Na opinião de James Allen, jornalista e ex-aluno da UnB, a desarticulação do DCE foi provocada, entre outros motivos, por uma excessiva politização a nível de superestrutura. Discutia-se muito as questões políticas nacionais, mas faltava discussão e mobilização no que dizia respeito aos alunos e à vida acadê-



De volta a discussão para um novo DCE

mica. Ele relembra que se desententou com o movimento estudantil quando percebeu que as greves se transformavam em sinônimo de férias, gerando uma grande picaresca.

Ainda hoje existem alunos que não querem nem ouvir falar em movimento estudantil, como José M. Teixeira. Na sua opinião, os estudantes estão muito descrentes com a política e sem saco para participar do movimento estudantil. "Não existe mobilização para reestruturar o DCE. E, desse jeito, a coisa não vai pra frente", reflete.

A preocupação da aluna Denise F. Silva é que "o DCE acabe se transformando num aparato de partidos, assim como a UNE, onde cada um fica defendendo a posição e ideologia de seu partido". Solimar rebate isso afirmando que é preciso que todas as posições estejam representadas no DCE, e que deve haver

espaço para o confronto delas dentro do movimento. "A partir disso, os estudantes é que deverão analisar se as pessoas estão ali para defender os partidos ou o interesse dos alunos", diz ele, completando que o DCE deve unificar os cursos, resgatar os problemas da universidade e mobilizar os estudantes em torno da degradação da universidade.

A nota enviada aos alunos no início do semestre abriu espaço para a discussão e, segundo Manoel Rodrigues, já está havendo alguma participação, embora os grupos engajados sejam pequenos. Solimar diz que a idéia é debater a questão com os estudantes, que devem analisar a necessidade de reconstrução do DCE, ou não.

ANDRÉA QUINTIERE

Cristovam resolve manter seus decanos

Para aqueles que contavam com a promessa do reitor da UnB Cristovam Buarque de aproveitar o término do mandato de dois anos dos seus cinco decanos para mudar alguns nomes que, a seu critério e da comunidade, precisariam sair, a esperança resistiu até o fim, mas mesmo assim morreu.

Os decanos Volnei Garrafa (Extensão), Paulina Targino (Graduação), Flávio Versiani (Administração e Finanças) Eva Faileiros (Assuntos Comunitários) e Isaac Roitmann (Pesquisa e Pós Graduação) foram mantidos, mudando-se apenas a "filosofia de trabalho". Ao invés de trabalhar "Cada um por si", os decanos trabalharão agora em "equipe", coordenados pelo reitor. Segundo Cristovam, não havia motivos para mudanças, uma vez que ele estava satisfeito com os seus decanos. "Depois de muitas discussões e de analisar na comunidade da UnB os cinco critérios fundamentais para ser decano (competência, capacidade de trabalho, confiança, legitimidade perante a comunidade universitária e capacidade de solucionar problemas ao invés de criá-los), cheguei à conclusão de que era melhor continuar com os mesmos", afirma o reitor. Cristovam disse ainda que, a partir de agora, os decanos deverão cumprir os novos objetivos para os próximos dois anos, ou seja: a consolidação do que já foi feito, a ênfase nas mudanças na graduação e a formulação de um projeto para que a UnB "deixe de ser exclusivamente da administração e seja também da comunidade universitária".

Do ponto de vista político, a Reitoria passou seus primeiros dois anos sem uma chamada "base de apoio", que nos momentos cruciais das greves conseguiu se refazer e atuou politicamente no sentido de preservar os interesses da Instituição. Uma mudança essencial nos decanatos permitiria ao reitor reagrupar sua base de apoio, inclusive somando novas forças

que não estiveram presentes em sua eleição e que representassem as diferentes correntes dentro da Universidade.

Bem que o reitor tentou buscar um nome certo. Pediu ao professor Antônio Ibanez que voltasse ao decanato de Assuntos Comunitários, mas ele não aceitou, inviabilizando outras mudanças. Segundo o Vice-reitor, João Cláudio Todorov, "o Ibanez não voltou porque acha mais importante seu papel no movimento docente como primeiro secretário da Andes". Todorov acha no entanto que uma mudança nos decanos não alteraria o apoio político ao reitor.

Por outro lado, o professor Elbio Nêris, do Departamento de Sociologia disse que "a atitude do Cristovam em não alterar alguns nomes que, aliás, a comunidade reclama, foi para não criar mais problemas ainda". Segundo ele, Cristovam acha que sua equipe está tendo um bom desempenho, apesar das constantes reclamações referentes a algumas políticas adotadas no ensino, segundo o qual não se alterou e ao contrário, estaria adotando atitudes moralistas de saneamento. O professor Elbio disse ainda que mudar ou manter os decanos não é o importante, pois o que precisa mesmo ser alterado é a política que está implantada na administração.

VALÉRIA CASTANHO E PAULO FONA

Congresso discutirá rumos para a UnB

Até o final do ano, alunos, professores, funcionários e reitores terão um novo fórum para discutir e deliberar sobre os rumos da Universidade de Brasília. Será convocado o 1º Congresso Universidade, que reunirá esses quatro segmentos para estabelecer diretrizes para a UnB. "Prendemos convocá-lo em novembro", avisa o presidente da Associação dos Docentes da UnB, Sadi Dal-Rosso. "A reitoria não cabe convocar um congresso", pondera o reitor Cristovam Buarque, argumentando que a iniciativa da convocação e realização do congresso é da comunidade e não da administração central da universidade.

Independentemente de quem o convoque, o Congresso Universitário idealizado por professores e funcionários pretende transformar-se no principal órgão deliberativo da administração universitária. "Queremos que o Conselho Universitário apenas homologue suas decisões, da mesma forma que o Governo respeita a lista sêxtupla eleita", avisa o presidente da ATA-FUB, Rosalvo Pereira. "O Congresso terá um peso político importante", completa Sadi Dal-Rosso.

Para tornar essa pretensão real, as duas entidades profissionais trabalharão juntas na organização e convocação do 1º Congresso Universitário. A ADUnB organizou o debate "UnB Hoje", no final de setembro, para discutir com seus associados, entre

outros temas, a necessidade da realização do congresso. Depois desse encontro, a ADUnB procurará a ATA-FUB e os estudantes para criar uma comissão organizadora. A intenção da ATA-FUB é a mesma. Sua diretoria se reunirá para definir um calendário que incluiria um seminário preparatório ao congresso. Em seguida, ela pretende levar esse calendário para os outros segmentos da comunidade universitária.

As duas entidades também estão de acordo quanto à participação paritária de alunos, professores e funcionários no Congresso. A idéia é torná-lo o mais amplo possível, dando-lhe representatividade. "Todos os departamentos devem estar representados por delegados", pondera Rosalvo Pereira. Se, de fato, todos os institutos, faculdades e departamentos estiverem representados, o Congresso reunirá cerca de 150 representantes da comunidade.

A pauta do 1º Congresso Universitário é outro ponto comum entre as direções da ADUnB e da ATA-FUB. Elas querem discutir a participação da comunidade nos órgãos colegiados, os critérios para a próxima eleição

que indicará o reitor e os decanatos, entre outros temas. "Precisamos acabar com o casuísmo que existe na escolha das chefias dos departamentos", sugere Sadi Dal-Rosso, preocupado com o fato de que cada departamento elege seu representante da maneira que quer. "A centralização administrativa precisa ser melhor discutida", avalia Rosalvo.

Alheios à toda essa movimentação, os estudantes apóiam a iniciativa do Congresso mas estão preocupados, em primeiro lugar, com sua própria organização. No início deste semestre foi criada uma comissão que tentará, mais uma vez, reorganizar o Diretório Central dos Estudantes da UnB.

PAULO FONA

Congressos: falta estrutura?

Um dos pontos mais polêmicos em todos os encontros que a Universidade de Brasília promoveu este ano foi a dificuldade de alojamento para os participantes. As pessoas se deslocam de lugares distantes daqui e quando chegam se decepcionam, como aconteceu no Encontro Nacional dos Estudantes de História (ENEH), na 39ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso de Ciência (SBPC) e no 1º Festival Latino-Americano de Arte e Cultura (FLAAC).

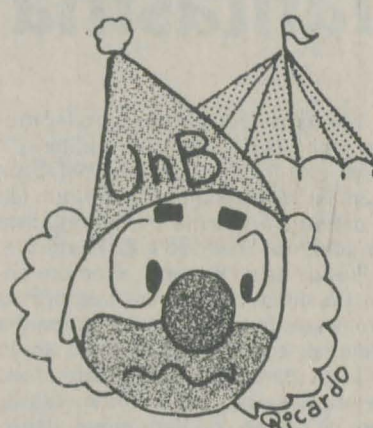
Os participantes do 1º FLAAC, que teve sua duração no período de 13 a 25 de setembro, tiveram reclamações em comum: alojamento, alimentação e transporte. O festival que contava com dois mil inscritos acabou dobrando o seu número para quatro mil.

Quanto ao alojamento, foram montados dois circos no Centro Olímpico da Universidade, um sobre o cimento e o outro sobre a grama coberta com palha de arroz, "que serviu de abrigo nos dias de chuva para os participantes que trouxeram barracas de acampamento", afirmou Guilherme Reis, um dos coordenadores do 1º FLAAC. Porém, Kátia Lima, estudante de Artes Plásticas, Porto Alegre discorda: segundo ela, era preciso andar de guarda-chuva pelo circo em decorrência das goteiras que lá existiam. Os moradores fixos do alojamento estudantil da Universidade acolheram alguns participantes ficando, às vezes, dez pessoas alojadas num apartamento que comportava seis. O transporte tornou-se um empecilho, já que Brasília é uma cidade diferente das que as pessoas estão acostumadas. "Num encontro de quatro mil pessoas precisa-se de uns 60 ônibus à disposição, e aí já não é mais um festival latino-americano e sim um festival da Mercedes-Benz", afirma Guilherme Reis.

Segundo Reis, que também é diretor do Centro de apoio às atividades artísticas e culturais da Universidade de Brasília, "a proposta do festival era de integração de diversos organismos para que tudo funcionasse corretamente, mas nem todos se deram da mesma forma, recaindo sobre a UnB a responsabilidade quase total de organizar o festival. A Universidade ainda não é uma instituição preparada para esse tipo de trabalho". O dançarino Milo Sabino, Uberaba, afirma que "houve falha na informação sobre os lugares onde aconteciam os eventos, alguns foram cancelados e nós não ficávamos sabendo".

Para Guilherme Reis, "a Universidade não é uma empresa privada voltada para a produção artística de organização de congressos. Cabe agora à UnB a responsabilidade de fazer uma análise sobre o que foi feito, apalhar-se cada vez mais para receber visitantes com maior autonomia, concentrando suas atividades aqui dentro para o próximo Festival Latino-Americano de Arte e Cultura em 1989".

MARÍLIA VARGAS



PD na UnB é imposta por lei

A batalha para conseguir dispensa definitiva de PD levanta uma dúvida já antiga: a lei da obrigatoriedade tem sentido? Cibebe, aluna de Comunicação, é taxativa: "PD é um saco".

Prática desportiva obrigatória: eis uma questão que vem sendo amplamente discutida, desde a regulamentação do Decreto nº 69.450 do dia 1º de novembro de 1971, quando foi instituída a obrigatoriedade de educação física para os currículos de todos os cursos universitários. Os debates sobre o assunto têm aumentado nos últimos anos, não só entre alunos e professores das faculdades de Educação Física de todo o País, como nos círculos governamentais — Ministério da Educação, mais especificamente —, mas até agora não existe uma conclusão.

De acordo com o chefe do Departamento de Educação Física da UnB e professor das disciplinas Prática Desportiva 1 e 2 — PD1 e PD2 —, Mário Cantarino, as opiniões dentro da universidade se dividem. Cantarino faz parte do grupo que é contra a obrigatoriedade de prática desportiva para nível superior. "A prática desportiva torna-se cansativa e desgastante para alunos que não gostam ou não conhecem o valor real da atividade física", afirma. Já o professor de PD1 e PD2 Eron Beresford acha que PD1 deve continuar sendo obrigatória, para que os professores tenham desenvolver uma ação pedagógica no sentido de conscientizar o aluno da necessidade do exercício físico para o ser humano.

Os motivos que determinaram a assinatura do Decreto 69.450 são de

ordem educacional, social e até política. De acordo com Mário Cantarino, a razão principal foi a verificação nos anos 60 de que um grande número de jovens era recusado para o serviço militar devido à inaptidão física. Outro fator seria a necessidade de socialização e integração entre os alunos universitários, além da busca de talentos esportivos para competições nacionais e internacionais. Mas a intenção maior, segundo Cantarino, foi a de afastar os alunos de movimentos políticos e partidários, aos quais muitos se dedicavam nos anos 60.

O povo, isto é, os alunos de cursos superiores — os maiores interessados — foram os últimos consultados. Na década de 70, após a regulamentação do Decreto 69.450, foram realizadas pesquisas em algumas universidades brasileiras. Na Universidade Federal do Espírito Santo, por exemplo, oitenta por cento dos alunos entrevistados se mostraram a favor da oferta das disciplinas de educação física, porém contra a obrigatoriedade. Na UnB nunca houve uma pesquisa do gênero, mas o Departamento de Educação Física tem realizado seminários sobre o assunto.

A prática desportiva como disciplina obrigatória levanta ainda outra questão: a dificuldade de se conseguir uma dispensa definitiva. Esta é concedida em caso de idade superior a trinta anos; prestação de serviço

militar na tropa; mulheres com prole; problemas de saúde previstos no Decreto 1.044 de outubro de 1971. É neste último caso que muitos alunos esbarram na burocracia da UnB. A solicitação de dispensa definitiva é entregue à Diretoria de Assuntos Acadêmicos — DAA; esta envia as solicitações ao Decanato de Graduação. Lá, a decana e médica Paulina Freitas Targino analisa os pedidos de dispensa e envia os pareceres de volta à DAA. De acordo com uma funcionária do Decanato de Graduação, não é raro que as solicitações de dispensa definitiva de PD sejam negadas, por serem colocadas em dúvida a palavra do aluno e a veracidade dos atestados médicos.

Giselle Chassot, aluna do Departamento de Comunicação, enfrentou quatro meses de burocracia e aborrecimentos, até que lhe fosse concedido o direito de não fazer PD2. Giselle está no último semestre do seu curso, mas quase foi obrigada a adiá-lo por tempo indeterminado por causa de Prática Desportiva. Motivo: a UnB não queria aceitar o pedido de dispensa definitiva porque Giselle poderia fazer exercícios algum dia, mesmo que seja daqui há anos, já que tem presa a rótula do joelho esquerdo. Já Cibebe Milreu, também aluna de Comunicação, solicitou dispensa definitiva de PD2 à DAA porque tem um filho. "Sinto-me ótima fisicamente, mas acho um saco ter que andar qui-

lômetros do Minhocão até o Centro Olímpico para fazer uma aula mal dada. Por isso pedi dispensa", afirma Cibebe. Pediu e conseguiu rapidamente. Na DAA a resposta é simples: "Prole é uma razão garantida por lei", afirma um funcionário.

A lei garante casos como o de Cibebe, mas não faz o mesmo em casos como o de Giselle. É deficiente neste sentido. Se a disciplina Prática Desportiva fosse optativa, não haveria solicitações de dispensa. Não haveria, consequentemente, burocracia desnecessária. Poderia haver, ao contrário, alunos de PD realmente interessados em cursar a disciplina.

A Secretaria de Educação Física e Desportos — Seed/MEC — realizou um seminário no ano passado, no sentido de discutir os caminhos da prática desportiva dentro da universidade. Fontes da Seed/MEC informaram ao Campus que existe a possibilidade de se modificar o Decreto 69.450, transformando a educação física numa opção para os universitários, já que muitas pessoas dentro do Ministério da Educação são contra a obrigatoriedade. É esperar para conferir.

MÁRCIA BINDER

DAA

Burocracia
é pior que
vestibular

Ficou mais difícil formar-se na UnB. Quem está atento sabe que a partir de 86 começaram a surgir novidades para os alunos. Atualmente, quem não participa da etapa única de matrícula está fora do semestre letivo. Aqueles que precisarem exceder créditos, sejam formandos ou não; podem abandonar a idéia, pois as normas do MEC que proibem o excesso de créditos passaram a ser cumpridas rigorosamente. Além disso, para este semestre, não há mais a alternativa do exame especial em língua estrangeira, nem a perspectiva de um curso de verão.

De acordo com a professora Paulina de Freitas Targino, decano de ensino de graduação, a rigidez em não aceitar alunos que não participam da primeira etapa de matrícula é até mesmo uma questão de justiça e respeito pelo trabalho da Diretoria de Assuntos Acadêmicos (DAA). Era comum o fato de 50% dos alunos sequer buscarem o material de matrícula nos departamentos, deixando para o momento do reajuste o envio do pedido das matérias. "Não existe nenhuma medida punitiva em relação a isto, o que há é uma tentativa de organização, visando a garantia de vagas nas disciplinas. Inclusive, para sermos coerentes, acabamos com a matrícula 'a revelia'", esclarece Paulina.

O curso de verão não foi definitivamente banido da Universidade, apesar de não se realizar, novamente, em 88. Os motivos para a inexistência do verão por mais um ano consecutivo vão desde a frequência das greves até um questionamento quanto ao rendimento real destes cursos. Para Daisy Leininger, diretora da DAA, a administração da Universidade não é contrária à idéia do curso de verão, porém, as experiências anteriores revelam um baixo aproveitamento por parte dos alunos, em oposição aos altos custos para a sua realização.

A semestralidade do exame de língua estrangeira foi derrubada por um edital do departamento de Língua Estrangeira e Tradução, (LET) aprovado também pela Câmara de Ensino de Graduação. Segundo Daize Medeiros, secretária do LET, os testes serão realizados anualmente porque a semestralidade "dava muito trabalho".

Para Laurent E. Dardenne, um dos representantes dos alunos no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), tanto a questão do curso de verão quanto a do excesso de créditos não podem ser discutidas sem que se tenha em mente a qualidade de ensino: "as pessoas que defendem a qualidade de ensino são, normalmente, contra o excesso de créditos". Entretanto, segundo Laurent, isto não impede que haja exceções que devem ser contempladas através de uma maior flexibilidade das resoluções. Para que a participação dos alunos se faça notar na hora da tomada de decisões, é preciso que haja representatividade e discussão, concluiu o estudante.

NATHÁLIA KNEIPP

NOTINHAS

Será realizada no dia 19 de novembro a eleição da nova diretoria da ATA-FUB — Associação dos Técnicos Administrativos da Fundação UnB. As inscrições das chapas estarão abertas entre os dias 9 e 29 deste mês e a campanha eleitoral começará em seguida, mobilizando os funcionários até dia 18 de novembro.

Acontecerá de 9 a 12 de outubro próximo, o Encontro Nacional dos Estudantes de Estatística, que contará com a participação de professores e dirigentes de empresas de estatísticas de todo o Brasil. O Encontro terá como tema "A Organização Estudantil" e contará com palestras e debates de técnicos em estatística.

Está surgindo por aí uma proposta de novos preços para o bandeirão segundo a qual passaria a custar 9 cruzados para o aluno carente, 30 cruzados para o semi-carente, 60 cruzados para o aluno não-carente e 90 cruzados para os visitantes. Porém, quem não está gostando nada disso é o CEB (Conselho de Entidades de Base), formado por representantes dos CA's, que resolveu criar uma comissão de estudos para representar uma contra-proposta para a reitoria.

Na tentativa conscientizar a classe para a importância do estatuto do Congresso Universitário, bem como levantar nova idéias que possam proporcionar algumas mudanças, os funcionários da UnB promoveram seminários nos dias 15 e 16 de outubro.

Lia Zanota coordena uma Comissão, que analisa as propostas de estatuto apresentados ao Conselho Universitário. O objetivo é elaborar um relatório que servirá de subsídio para uma discussão mais ampla entre a comunidade da UnB, durante o Congresso Universitário programado para o final do ano.



Isac Roitman o decano que comanda a "caçada"

COMPUTADOR X PICARETAGEM

O computador do Decanato de Pesquisa solta, em novembro, uma lista de picaretas. E, em alguns departamentos, professores já foram reprovados.

Gostar de verde ou vermelho é uma questão subjetiva. Dizer que um professor é bom, ou não, também. Subjetividade à parte, a UnB está interessada em fazer uma avaliação mais precisa dos seus professores. E nada mais moderno para auxiliar na avaliação do que o uso do computador. Agora, esta tecnologia vai servir de arma para o professor Isaac Roitman, decano de Pesquisa e Pós-Graduação, que já tem um programa de micro prontinho para disparar contra os professores "picaretas". Só está precisando de dados para processar no computador.

No semestre passado, o reitor Cristovam Buarque mandou uma carta a nada menos que 256 professores que não contribuíram para a produção científica da UnB (com publicações, teses ou trabalhos apresentados em Congressos) nos anos de 85 e 86. Na carta, o reitor pede que esses professores sugiram maneiras de mudar essa situação. O professor Isaac considera esta lista apenas "cinza". Isso porque "nem todos os relacionados são picaretas necessariamente. Alguns professores podem ter tido dificuldades durante o ano, como um divórcio que os tenha impedido de produzir", argumentou o decano. "Por isso eu não posso entregar os nomes destes professores", explicou. Porém, quando se fala em 256 profissionais de uma Universidade que não dão uma gota de suor (ou de raciocínio) à sociedade em dois anos, não se pode pensar que existam tantos "problemas particulares" assim.

Apesar do professor Isaac não querer divulgar a "lista cinza dos 256", os professores do Departamento de Letras devem ter ficado entre os destinatários mais concorridos das cartas do reitor, afinal, durante o ano de 86, o Departamento só contribuiu com quatro trabalhos — a menor de toda a produção da Universidade: 1.209 teses, publicações e trabalhos apresentados em Congressos. Um número que, aliás, não é tão expressivo — três anos antes, a Universidade Estadual de Campinas já produzia 2.084

trabalhos. Preocupado com essa situação, o Decanato enviou aos 1.050 professores da UnB um comunicado onde dava um tempo para que os docentes mandassem relatórios contendo o currículo de cada um. Com estes currículos na mão, o Decanato pretendia compará-lo com a "lista cinza" e tirar a prova dos nove: os picaretas seriam aqueles que não tivessem feito nenhum trabalho desde 80 até este ano. Acontece que dos 1.050, só 280 mandaram o relatório. O professor Isaac acha que a greve atrapalhou e vai refazer o pedido. Depois de recolher todos os dados, é jogar no computador e transformar a lista cinza em negra. Ele disse que anuncia o resultado em novembro, pedindo aos professores não interessados que achem um outro lugar para "trabalhar".

AVALIAÇÕES

O professor Isaac acha importante que cada departamento faça a sua avaliação também. Em alguns departamentos isso tem acontecido, como no caso da Economia, que usa o computador para planificar os resultados da avaliação, feita há sete anos e que, nos últimos três, é coordenada pelo seu CA, esclareceu o presidente, Geraldo Pereira. Os departamentos, ao invés de contabilizar as publicações dos docentes, preferem considerar uma série de critérios mais próximos aos alunos, que vão da frequência e pontualidade até o conhecimento da matéria pelo professor e o relacionamento deste com a turma. No caso da Economia, cada critério tem um peso diferente, e no semestre passado, sete professores foram considerados abaixo da média. Mesmo assim, segundo Geraldo, é muito difícil conseguir tirar um professor desses da disciplina, numa votação do colegiado do departamento: "o corporativismo é muito grande".

É o que também acha Bruno Victor Veiga, presidente do CA de Engenharia Civil, onde há avaliação desde 83. Apesar do resultado ser afixado em um mural, Bruno acredita que as

notas dadas aos professores nem sempre refletem a realidade. Muitos alunos dão um conceito maior aos professores menos exigentes. Os que exigem são discriminados. Com isso, o aluno garante um semestre sem muitas preocupações, sem muito estudo e de muita mediocridade. É a lei do "me engana que eu gosto". O departamento do Bruno recebeu no semestre passado dois memorandos da reitoria. O de número 64 diz que "a produção acadêmica não tem correspondido às expectativas da Unidade", pedindo explicações a seguir, e o 115 reitera um memorando indagando sobre a situação de alguns professores da Engenharia Civil que se recusam a dar aula de laboratório. Até hoje a reitoria não recebeu uma resposta oficial quanto ao segundo caso.

"Falta de qualificação, leitura em sala de aula de material mal escolhido (o que levou vários alunos à reprovação) e desinteresse" foram os motivos alegados em um documento de alunos da Contabilidade pedindo a saída do professor Nereu Silva Ramos. O documento, levando 25 assinaturas, foi votado no colegiado do departamento. Resultado: o professor Nereu, que dava a disciplina Auditoria Contábil I, foi substituído. Antônio Ramos Machado, também professor da Contabilidade, teve uma saída mais estratégica. Antes que um abaixo-assinado com nove nomes fosse votado em colegiado, ele pediu uma licença. Remunerada.

Mas nem todos os departamentos estão lutando pela qualidade de ensino. O Departamento de Comunicação elegeu em novembro do ano passado os representantes do seu CA, que não usam computador e nem fazem avaliação. Segundo o representante Luiz Fernando Molina, não há intenção, ou vontade de fazer tais avaliações. "Isso daria muito trabalho e precisaria de muita gente. É uma atitude políciallesca", argumentou.

FLORIANO FILHO

Sem verbas, UnB não paga contas

A Universidade de Brasília passa por um problema que com certeza não preocupa as universidades de países desenvolvidos como os Estados Unidos, a França, a Inglaterra e outros que levam a sério a educação. Entretanto, infelizmente está se tornando cada vez mais um fantasma para as instituições brasileiras que vivem de verbas públicas: a incapacidade de pagar suas contas.

Em julho deste ano, a imprensa de Brasília divulgou as dificuldades que a UnB estava enfrentando para pagar suas contas de água (2 milhões de cruzados) e luz (1,575 milhão de cruzados). Pois bem, além da UnB ainda não ter pago as contas de julho, também não pagou as de agosto e muito menos pagará as de setembro. Aliás, para quem achava que esse era o único problema da UnB, se enganou. A verdade é que a nossa universidade está pedindo socorro aos seus fornecedores regulares, pois seus débitos vão desde os gastos com o computador até as despesas menores com xerox, correios ou manutenção dos seus carros.

Em setembro, a UnB recebeu uma suplementação de verbas de aproximadamente 28 milhões de cruzados que deveriam ser gastos, segundo o MEC, em setembro e outubro. "Com essa suplementação, nós não vamos poder regularizar nem mesmo os pagamentos constantes até o final de

setembro", afirma Flávio Versiani, decano de Administração e Finanças da UnB, "pois somente em contas atrasadas, a universidade deve cerca de 16 milhões de cruzados".

Para a gestão de 1987, a UnB recebeu 90 milhões de cruzados acrescidos de mais 30 milhões no segundo semestre, perfazendo um total de 120 milhões de cruzados. Todavia, segundo uma avaliação feita pela administração da UnB, ela precisaria de mais ou menos 1 bilhão de cruzados somente em 1987 para poder dar aos seus alunos o mínimo de condições possíveis para desenvolver pesquisas e projetos lucrativos para eles e para a universidade. Ao invés disso, a UnB está funcionando com, apenas 10 por cento do que foi pedido.

De acordo com Jacinto Ferreira, Diretor Financeiro e Comercial da CAESB, a UnB é considerada por seus fornecedores como um cliente especial. Dessa forma, ela não só conta com a compreensão dos seus credores, como também, se for preciso, com a colaboração deles. "A culpa não é da UnB e sim do orçamento destinado a ela. É tudo uma questão de tempo, pois a Governo e o MEC não vão deixar a UnB chegar a uma situação pior do que já está", diz Jacinto Ferreira.

VALÉRIA CRISTINA CASTANHO

Pasmem: professor proibido de dar aula

É correto um colegiado de curso proibir um mestre de lecionar no Mestrado, porque este não tem título de doutor, ainda que reconheça sua competência? Essa é uma norma interna do departamento de Teoria da Literatura — TEL. O professor Ronald de Melo e Souza precisou recorrer à instâncias superiores como a Congregação de Carreira do Instituto de Expressão e Comunicação e à Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação — CPP, para conseguir ministrar a disciplina "Correntes Críticas e Teóricas", contrariando a vontade da maioria do colegiado do curso de Mestrado em Teoria da Literatura.

Com a resistência do departamento em acatar as providências anteriormente solicitadas, o Decanato de Pesquisa e Pós-graduação determinou, via DAA, que o TEL oferecesse a disciplina ao professor Ronald de Melo e que fossem matriculados os alunos que pretendessem cursá-la. Além disso, nomeou uma Comissão composta por três membros da CPP para apurar as irregularidades que estão ocorrendo no departamento.

SUSPEITA DE PERSEGUIÇÃO

Para o decano Isaac Roitmann, é um absurdo uma universidade ter professores capazes de ministrar uma disciplina, alunos pleiteando a matrícula e um departamento se negar oferecer a matéria. E ainda segundo o decano, existe suspeita de perseguição de professores no TEL. "Caso essa hipótese seja comprovada, pela Comissão, vamos instaurar um inquérito acadêmico-administrativo junto ao Conselho Universitário, instância máxima da Universidade".

Há muitos anos não se tomava uma medida tão drástica na UnB e na atual gestão é a primeira vez que isso acontece. A Comissão tem até o dia 14 para apresentar à CPP um parecer sobre o caso. O professor Luiz Piva não interpreta medida como violação da autonomia do departamento. O que existe é uma "passagem por cima das normas internas", disse o chefe do TEL.

Pelo regimento da UnB — artigo 18 letra "B" — "Compete ao departamento elaborar os seus planos de trabalho e a parte que lhe competir no Plano Anual de Atividades Universitárias". De acordo com o artigo, o TEL achou por bem não oferecer a disciplina no segundo semestre de 87, respeitando a norma do colegiado. Para Isaac Roitmann, os departamentos têm interpretação equivocada sobre o artigo e por serem instâncias inferiores, estão a reboque de decisões que podem ou não ser homologadas pela Congregação de Carreira, Câmara de Ensino e Conse-

lho Universitário, nesta ordem.

TÍTULO DE DOUTOR: HÁ EXCEÇÕES

Apesar de considerar a exigência antipática, o coordenador do Mestrado do TEL — professor Danilo Lobo — diz que o colegiado prefere que a norma seja mantida, como vem sendo há dez anos. "Ter somente professores com título de doutor, lecionando no mestrado, nos ajuda a garantir a menção honrosa "A" nas avaliações feitas pela CAPES". Isto permite mais recursos e um maior número de bolsas de estudo para os alunos, afirma Danilo.

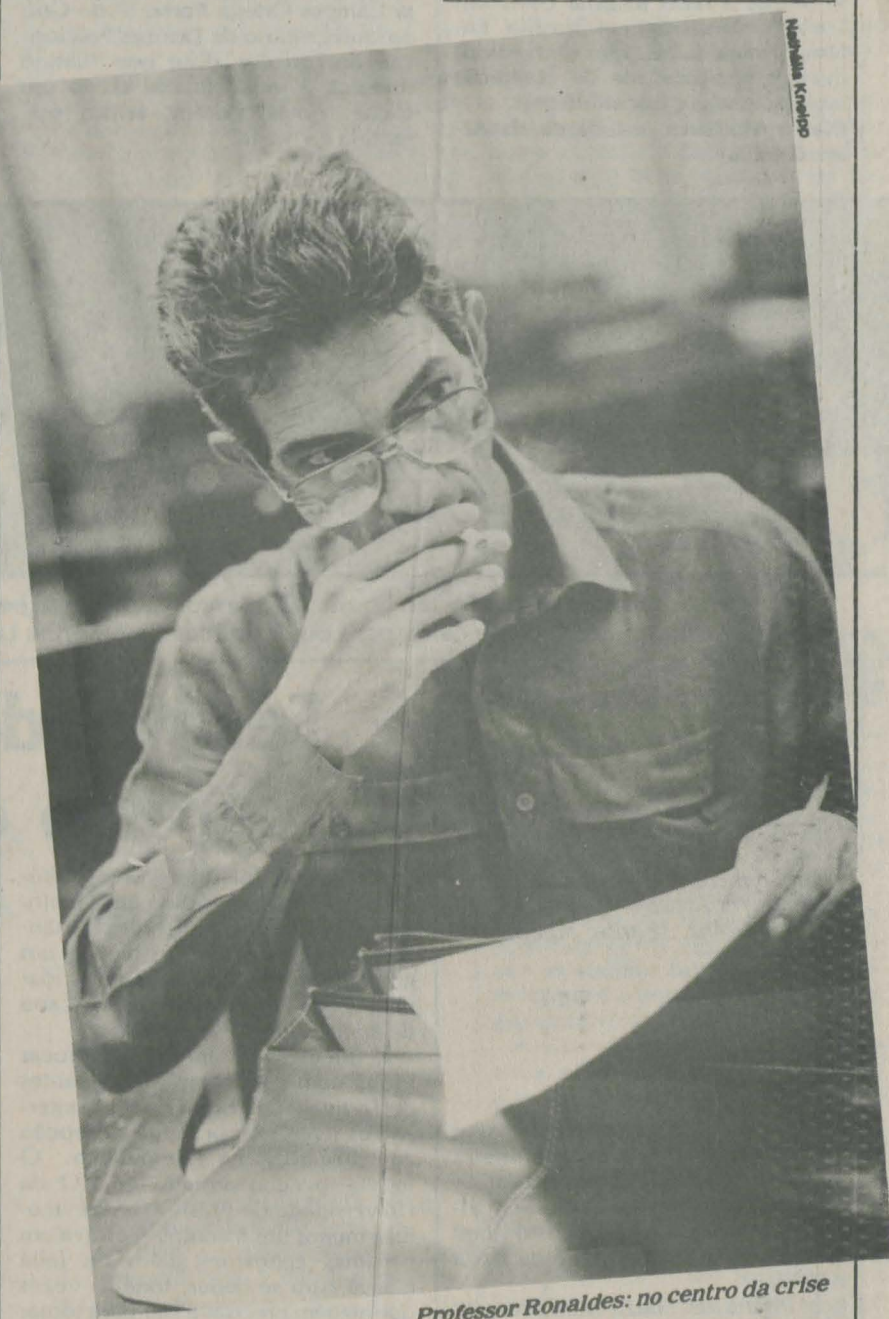
Segundo o professor Piva, é bom ficar claro que não existe perseguição ao professor Ronald de Melo. "O departamento foi coerente ao princípio do colegiado, apesar de reconhecer o alto nível de competência do professor. Exigimos apenas que ele esperasse e nos apresentasse o título de doutor que está para obter nos próximos meses, quando defenderá sua tese na UFRJ". (Veja abaixo parte do "Currículo Vitae" do professor Ronald).

Para a professora Diana Bernardes, ex-chefe do TEL, a decisão do Decanato de Pós-graduação abre um precedente que prejudicará o departamento, na medida em que qualquer professor mestre, recém-formado, puder lecionar no curso de Mestrado. "Por isso a norma visa a preservar a qualidade de ensino e o professor Ronald não atende à exigência do colegiado, apesar de reconhecer que a norma não tem respaldo legal".

Como em toda regra existe exceções, no TEL não é diferente. Aos professores Cassiano Nunes e Domingos Carvalho da Silva, reconhecidos internacionalmente pela extrema competência e notório saber em literatura, não lhes é exigido o cumprimento da regra estabelecida pelo colegiado. Eles não são mestres, não têm título de doutor, mas lecionam no curso de Mestrado. Isaac Roitmann não entende o porque da intransigência com o terceiro caso, se já existem esses dois.

Segundo o professor Ronald de Melo e Souza, "somente o autoritarismo congênito das mentes retorcidas na alucinação liliputiana da gestão das sombras do arbítrio ridículo napoleônico, pode alegar que a autonomia departamental foi desrespeitada. Neste processo, desrespeitado e perseguido é um professor disposto a lutar continuamente por seus direitos. O TEL, com esta disciplina injustificável, se comporta como um pequeno feudo, que não admite sejam contrariadas as suas decisões pretensamente soberanas, únicas e exclusivas".

MÁRIO TAFURI



Professor Ronald: no centro da crise

Com diversos textos publicados no Brasil e no exterior, ele é professor concursado da UnB desde 1975. É presidente da Associação Nacional de Escritores de 83 a 84 e Membro da Comissão Editorial da Revista Tempo Brasileiro. Concluiu o doutoramento em Teoria da Literatura em 86 e está redigindo sua tese orientado por Eduardo Portela.

FLAAC



Você já foi à América Latina?

A música diz: "Soy loco por ti América, soy loco por ti de amores". Mas parece que até agora ficou só por isso mesmo. Afinal nós, os chamados latino-americanos, nos conhecemos ou não? O I Festival Latino-Americano de Arte e Cultura, vulgo FLAAC, mostrou que não. Uma reportagem do Correio Brasileiro constatou que os estudantes brasileiros que vieram para Brasília pouco sabem da América Latina. E os estrangeiros? O que sabem "nuestros hermanos" sobre as realidades dos países da América Latina?

No meio da desorganização administrativa do festival, os convidados de outros países mostravam-se satisfeitos com a vinda ao Brasil, onde travaram contato real com artistas e produtores culturais. Eles pensavam animados nas perspectivas futuras do festival. "É importante romper as fronteiras que existem entre os povos. Nenhum pacto de governo sozinho pode acabar com o nosso desconhecimento mútuo", declara Gabriel Torres, do grupo Danzaluz, da Venezuela. Eles gostaram da experiência de se apresentar nas cidades-satélites. "Podemos conhecer o povo brasileiro", acrescentou. Já Campos Ortega Romero, do Grupo Universitário de Danças Folclóricas, do Equador, disse que "Latino América é muito falada como um clichê. Antes, porém, temos que senti-la e vive-la".

"A única oportunidade de intercâmbio que nós tivemos foi a hora das refeições. No mais é aquela história de 'viva latinoamérica', beijos e abraços nos shows e só", desabafou Graciela Cervantes, do grupo 'Asta la vuelta', do México. Ela reclamou da falta de debates mais específicos e profundos sobre os espetáculos. "Os artistas também precisam trocar experiências", finaliza.

Ao que parece, segundo os depoimentos, as condições de trabalho para os artistas são muito parecidas em quase todos os países. As dificuldades da profissão de artista são praticamente as mesmas. Pouco estímulo, pouco respeito, muito preconceito e, para a maioria, pouquíssimo dinheiro. Sempre trabalhando noutra atividade para sustentar a "paixão". Campos Romero disse que "é preciso fortalecer a cultura Latino-Americana para fazer frente à invasão cultural norte-americana". Mas, fortalecer a cultura, ou a estrutura de veiculação desta cultura?

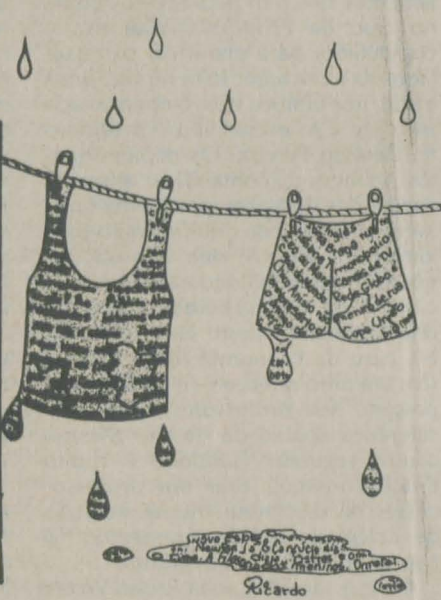
A exceção fica por conta de Cuba. "Trabalhar com arte em Cuba compensa, porque existe estímulo e consideração", disse o pintor Carlo Garcia que além de vender seus quadros, dá aulas no Instituto Superior de Artes de Havana. "Cuba mantém intercâmbio com todos os países latino-americanos e tem uma

vida cultural muito forte, com festivais, congressos e mostras internacionais muito frequentes", acrescentou José Franco, também pintor. "Nós nunca tínhamos ido a um festival que reunisse tanta gente da América Latina", finalizaram os dois.

Irmãos e hermanos são loucos por ti, América, mas não têm quase idéia do que seus vizinhos fazem. O FLAAC, apesar dos tropeços, teve um resultado positivo em termos de integração. Pelo menos inquietou as pessoas. "Nós, latino-americanos, não somos consequentes, sistemáticos. Eu quero ver se quem se conheceu neste encontro vai continuar a se comunicar, a se visitar. O intercâmbio tem que continuar", disse Graciela Cervantes, em tom de desafio. "Por que os brasileiros não se esforçam para aprender o espanhol e por que os hispano-americanos não se esforçam para aprender o português?"

A estudante brasileira Eliana César completou: "Falta conhecimento mútuo para os latinos. Tanta coisa boa acontecendo aqui perto e a gente nem sabe. Só queremos saber da Europa e dos Estados Unidos".

MILITÃO RICARDO



Brasília nunca foi tão bonita. O talento esteve solto pela cidade que dançou, cantou e se calou para ouvir os ecos da América Latina. Foi o FLAAC.

Festival de Arte ou Congresso de turismo?

"O FLAAC foi uma ilusão cultural". Este desabafo foi da atriz e pintora, Terezinha Cavalcante Fernandes, que veio de João Pessoa com um grupo de nordestinos para participarem do I Festival Latino-Americano de Arte e Cultura.

A fim de ver, aprender e trocar idéias com os demais participantes do Festival, Terezinha e seus conterrâneos tiveram a primeira decepção ao chegarem no alojamento. O local — o circo armado no CO da Universidade de Brasília, e que acolheu muitos dos inscristos — estava em péssimas condições além da falta d'água para se beber, toda as vezes que alguém precisava sair para tomar um banho ou para um simples passeio tinha que levar todos os seus pertences. Teve até quem levasse seu colchonete para ir tomar banho com medo de não encontrá-lo na volta.

A falta de informação, o troca-troca dos horários e locais das oficinas e palestras marcadas foi outro grande problema para Terezinha que até o quarto dia não tinha conseguido assistir a uma só peça teatral. "O negócio era andar muito e descobrir. Quando eu chegava no local marcado eu ouvia dizer que não era mais ali. Até eu conseguir informações onde seria o novo local perdia muito tempo e quando chegava já tinha terminado o que eu queria tanto assistir".

Outro problema foi o transporte. Com poucos ônibus e saídas irregulares, muitos eventos que aconteceram fora da UnB não puderam ser vistos por quem mais queria: Os inscristos.

TID CARVALHO

● "O FLAAC deu pra ver o contraste entre a superpobreza e o ultramoderno da América Latina. Isso representou um choque, um caminho para conscientização" (Miguel Arranz, 32 anos, autodidata, Argentina)

● "O Festival representou, sem sombra de dúvidas, uma primeira tentativa de integração dessa latindade que é a América do Sul. Em alguns momentos do FLAAC isto ficou bem claro, só por isso valeu a pena o FLAAC" (José Maria de Souza Medeiros, 32 anos, escritor, São Luís)

● "A expectativa em termos de organização de programação era até melhor do que aquilo que realmente aconteceu no FLAAC. É claro que houve falhas, mas eu já fui a outros encontros e festivais onde não havia nada que estava programado. Isto não aconteceu no FLAAC" (Marta Lúcia Soares, 25 anos, artista plástica e pedagoga, São Paulo)

TID CARVALHO
E MARCIA BINDER

Frei Betto divulga a ilha no "Guia de Cuba"

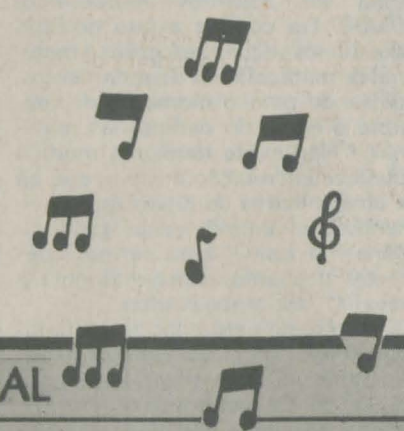
O "Guia de Cuba", lançamento da JIN Editorial, já pode ser encontrado nas livrarias de Brasília e passa a ser uma peça indispensável na bagagem de todo brasileiro que pretende visitar a ilha. Confeccionado pelos jornalistas "Colibri" Vitta, Sérgio de Souza e o editor João J. Noro, com a supervisão de Frei Betto, o livro dá a dica não só dos melhores pontos turísticos, mas também informa aos 50 mil brasileiros que tocarão o solo cubano este ano onde encontrar livrarias, bibliotecas, hospitais, fábricas, além de sugerir um maior contato entre os povos.

A idéia surgiu em 86 quando, logo após a Copa do Mundo e o reatamento das relações entre os dois países, o paulista "Colibri" Vitta, visitando a realidade cubana, iniciou a coleta de informações para divulgar o país socialista visando não apenas orientar os brasileiros em turismo oficial, mas ampliar ao máximo os possíveis horizontes da ilha que interessam ao nosso povo. A ilha de Cayo Largo a 177 km de Havana, 35min de voo, exclusivamente resguardada ao turismo, mantém sua estrutura natural quase virgem tornando-se um paraíso tropical com 25 km de praias e a temperatura mais alta do território cubano. No lado Sul banhado pelo mar do Caribe, a fina areia branca se mistura às alvas águas que possibilitam os mergulhos e o contato com a exuberante fauna e flora ainda mantida no lugar. Por outro lado, na província de

Las Tunas, — que o governo cubano despreza em termos turísticos não colocando referência alguma em seu guia oficial — se realiza anualmente o Festival de Décimas, gênero poético que se aproxima ao nosso cordel nordestino.

Embora tenham sido cortados 8 capítulos, o livro, muito completo, contém ainda dicas de expoentes da cultura nacional que sugerem seus programas prediletos na ilha como uma visita ao Hospital Psiquiátrico de Havana sugerida por Leonardo Boff; a casa de Hemingway pela atriz Lucélia Santos; sugestões musicais por Chico Buarque e a preciosa receita de preparo de crustáceos conseguida junto ao líder Fidel Castro por frei Betto que deixou seu recado sobre o livro: "É importante que os brasileiros visitem Cuba para que fiquem mais indignados com a situação atual do Brasil".

DIZO DAL MORO



HERMETO PASCHOAL

Amor e música? É como beber água

No FLAAC, o brilho da criatividade de Hermeto Paschoal contagiou o público. Nas duas vezes em que se apresentou no auditório de música da UnB durante uma oficina, no concerto do Teatro de Arena e na apresentação da Sala Villa-Lobos, o resultado foi o mesmo: consagração. A nossa entrevista com Hermeto foi improvisada, como seus acordes. Chegamos ao bar Moinho quando o músico e seu grupo se despediam de Brasília — última noite na cidade — e já haviam pedido a conta.

— Hermeto, as suas apresentações atraíram muita gente. Como você se define para tantas pessoas gostarem do seu som?

— Isso é indefinível. É recíproca a atração. De repente, eu chamei os caras. Um carisma... a minha mente. Existe uma coisa minha com o povo. Para mim, um palco não é diferente da rua, nem da roça, nem da igreja. Tudo é lindo.

— Você acha que esse Festival, o FLAAC, foi válido?

— Esse Festival foi o maior acontecimento deste ano para mim. Principalmente pelo encontro de pessoas de várias gerações tocando, fazendo som e vendo que a música segura o mundo. Se o governo pensar direitinho, pode até pagar essa coisa que o Brasil tá devendo com a própria música. É só fazer festivais como esses, mas com muito mais ênfase, com muito mais ajuda e acreditar.

— Você, sem querer, acabou tocando num tema atual: dívida externa. O que você pensa do Ministro da Fazenda ter ido lá fora e voltado com uma proposta rejeitada?

— Ah, eu acho que ele está certo. Tem que insistir, tem que mostrar para esses caras que quando Deus fez o mundo, não fez só para os Estados Unidos. Ele fez para nós todos. O mundo é nosso. Mas nós estamos pagando caro, porque nós mesmos separamos este mundo. A gente não tem mais que pagar nada para ninguém. Se "encher o saco", não paga mesmo, pronto! Eu vou lá, vou tocar para eles: pago com som.

— Você tem partido político? — Meu partido é M-U-S-I-C-A, música. Esse negócio de partido já é errado, porque se vota sem conhecer a pessoa em quem vai votar. Geralmente o povo não conhece ninguém. Quando os políticos falam na televisão, eles falam para eles mesmos, porque a pessoa mais humilde não entende nada.

— E como mudar essa situação? — É acreditar e fazer vários festivais e não querer viver só do Carnaval. Uma vez por ano não dá. O festival dá renda, chapa.

— Você acha que existe identidade cultural na América Latina?

— Claro. O Brasil, a América Latina, o mundo todo tem. É só as pessoas de cada país acreditarem nisso. A identidade é justamente o folclore de cada País. O folclore é a fonte musical de qualquer país do mundo.

— Hermeto, você já inventou uma série de instrumentos musicais, sempre com muita criatividade. Hoje as pessoas preferem copiar do que inventar. Como você vê esta situação?

— Falta de criatividade. Eu acho que não é o instrumento que inova o som, é a cabeça. É o que você imagina e toca no seu instrumento. O som não vem do instrumento. Não adianta eu comprar um aparelho novo, bonito, se não tiver idéias, se não pensar para tocar.

— E o que é o amor para você?

— Amor é querer tomar um copo d'água na hora do calor, comer farinha com rapadura. O amor não tem horário, não tem premeditação. O amor é espontâneo. É só imaginar, que sente.

— Existe uma tendência das pessoas classificarem os artistas. Você classifica a sua música de alguma maneira?

— Não, porque quem tem que classificar são as pessoas que escutam a minha música. Eu toco para todos escutarem. Eu toco uma música universal. Tenho certeza que em qualquer país do mundo, quem escuta sente uma coisa parecida com a sua formação. Por ser uma música universal é muito difícil conseguir rotular.

— O que é necessário para ser universal?

— É ter todos os sentidos rítmicos, principalmente lógicos e harmônicos. Isso sem qualquer tipo de preconceito.

FLORIANO LIMA FILHO

A idéia é fundamental para Hermeto. Os instrumentos não são mistério. Bacias ou chifres, "tudo é lindo".



Oficina da palavra

Roupas, letras, palavras no varal! Poesia posta pra secar após ser lavada! Isto foi apenas parte de "Eram varais os pregadores", uma das atividades da oficina da palavra, que o grupo Cladestino de Arte-Educação, do Rio de Janeiro, ofereceu no Departamento de Comunicação no 1º Flaac.

A oficina da palavra é uma atividade de Arte-Educação que usa um processo lúdico, procurando explorar todas as possibilidades da palavra, visando estimular e exercitar a criatividade das pessoas.

O Cladestino é formado por professores, estudantes (de medicina, Comunicação visual), um engenheiro, um diplomata, um jornalista e outros. Todos jovens. Estão juntos desde 1979. Suas atividades: Oficinas para crianças e adultos, conferências, cursos para professores, recitais de poesia, animação de lançamentos de livros e outros eventos.

"Eram varais os pregadores", "Repartição Cúbica" ou "Festa Setembrina" são os nomes das diferentes oficinas que o grupo oferece. Nelas, através do inusitado, do lúdico e de várias linguagens (teatro, música, etc) se busca estimular a criação em todos os participantes, sem a preocupação de privilegiar o mais habilidoso. Essa brincadeira reúne gente de várias idades. As pessoas brincam, inventam histórias e escrevem textos e poesias.

Nota patética: o Cladestino não conseguiu se inscrever no Flaac na área de literatura...

MILITÃO RICARDO

A maratona que foi sem nunca ter sido

Joaquim Pires, vice-presidente da Confederação Brasileira de Atletismo, anunciou na última semana de setembro que a terceira Maratona de Brasília havia sido definitivamente cancelada do calendário esportivo da cidade para o ano de 1987. A notícia quase passou despercebida, não chegando a atingir a população, que já havia até esquecido que a prova fazia parte das comemorações do vigésimo sétimo aniversário de Brasília, planejada para ser realizada em abril.

A prova já estava incluída no calendário programado pelo GDF para a data quando começaram a acontecer pequenos problemas. O apoio do GDF-Defer não foi o suficiente para assegurar e sustentar a realização da prova. Há poucos dias da data escolhida para a realização da corrida, não se sabia ainda se todos os fechamentos contatados seriam fechados. A esta altura dos acontecimentos, a única solução foi o adiamento temporário do evento.

À frente da organização estava o COBRA, clube dos corredores de rua de Brasília, que na pessoa do Sr. Joaquim Pires, não teve como evitar o adiamento.

21 de abril passou. Os corredores, frustrados, voltaram aos treinamentos para uma prova que em suas edições anteriores, em novembro de 84 e em abril de 86, já havia trazido a Brasília atletas de vários estados, consagrados nacionalmente pelas suas performances em corridas de rua. Em novembro de 1984, Déclis

Ribeiro Maciel venceu a prova. Em abril de 1986, o goiano Osmiro de Souza veio, correu e venceu; abrindo caminho a uma ascendente carreira esportiva, já que no mesmo ano, em novembro, ele foi o brasileiro melhor classificado na maratona de Nova Iorque (16º lugar).

Osmiro venceu também a maratona do Rio, deixando seu nome agora entre os melhores fundistas do País.

A verdade é que Brasília não pode realizar a sua terceira maratona por desinteresse dos patrocinadores. A confirmação veio só agora na última semana de setembro, quando Joaquim Pires anunciou que a maratona, adiada desde abril, havia sido cancelada do calendário esportivo de 1987. Deste ano fica apenas mais uma tentativa frustrada em fazer com que Brasília tenha uma programação esportiva variada, com opções para uma população que pouco conhece o arsenal esportivo que a cidade pode oferecer.

Faltou incentivo, faltou patrocínio, faltou verba. Só não faltou a garra de Joaquim Pires, que como membro permanente da AIMS — Associação Internacional das Maratonas, conseguiu incluir no calendário a maratona do ano que vem. Esta, com certeza, acontece em abril, mas não mais como a terceira Maratona de Brasília, e sim como a primeira Maratona Internacional de Brasília.

ANDREA MORAES

DARDO

Agora, mais que um hobby

O ambiente esfumaçado e o consumo de bebidas alcoólicas não sugerem a prática de esporte algum. O burburinho típico dos bares deveria atrapalhar a concentração, mas eles nem ligam: são os participantes de mais um torneio organizado pela ABRADARDOS — Associação Brasileira de Jogadores de Dardos, que vem agitando as noites e os "pubs" da cidade.

O jogo de dardos chegou em Brasília há doze anos, através das embaixadas britânica e americana. Com a inauguração do Gate's (403 Sul), o primeiro "pub" da capital, ele começou a se popularizar. Apesar de tantos anos de estrada, porém, a ABRADARDOS só foi fundada grora, em junho de 87.

Segundo Silvio Guedes, fundador e membro da atual diretoria, isso se explica pela existência das "turmas" em Brasília: quem jogava num "pub" não ia jogar em outro, e a integração necessária para criar uma associação não acontecia. "Mas nós conseguimos vencer isso e fundamos a ABRADARDOS com 61 membros, que hoje são 101".

Esta situação se refletiu no último campeonato brasileiro, realizado no Rio, em agosto. Cristina Nijelsch foi a 4ª colocada no feminino, Wawa Martins, que jogou por Goiás mas é atleta daqui ficou em 9º no masculino, enquanto Da Silva, 11ª colocada, foi considerado a revelação do campeonato.

A ABRADARDOS organizou até agora seis torneios e vai fazer mais nove até o final do ano. É com base

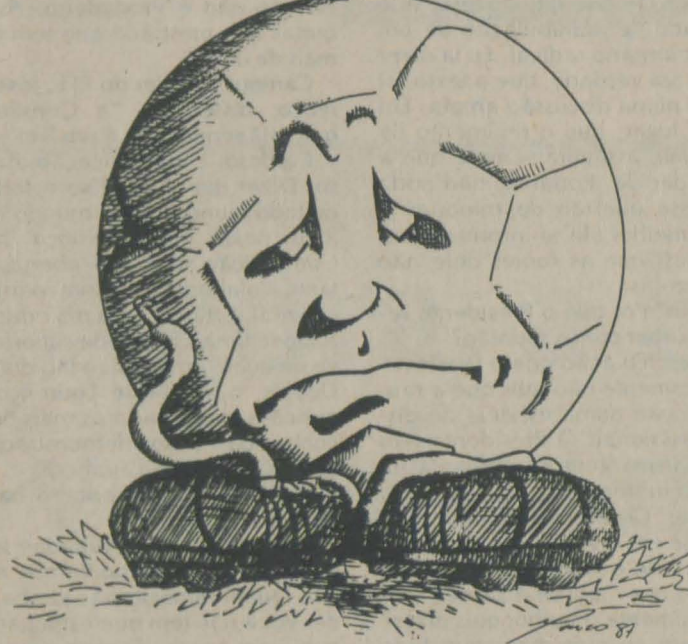
nestas competições que ela divulga seu ranking, num esquema parecido com o de tênis profissional. O tênis também inspirou o regulamento dos torneios, disputados em chaves eliminatórias. Existe também um escalonamento técnico, separando iniciantes, iniciados e viciados. Para Silvio, esta prática traz duas vantagens: "Além de poupar o atleta que já joga há muito tempo, do desgaste de um certame fraco, isso atrai novos associados, que disputam estes torneios com chance de ganhar".

Mas quem joga dardos, afinal? Silvio traçou um perfil básico do jogador, do qual ele não poderia fugir. "É uma pessoa jovem, entre 23 e 33 anos, geralmente de classe média, que frequenta a noite e bebe. Ele desembolsa em torno de Cz\$ 4.000 comprando um jogo de dardos e acessórios importados. Como é difícil alguém ter uma pista de dardos em casa, o treinamento se faz disputando 'peladas' nos pubs".

Se você acha que se encaixa neste quadro, é fácil encontrar algum sócio da ABRADARDOS em um dos pubs da cidade. Eles são Gate's, o Fino's (405 Sul), o London Tavern (408 Sul) e o Bar Mex (315 Norte). A mensalidade é de apenas Cz\$ 100,00. Caso você descubra ser um excelente jogador, pode tentar o circuito profissional no exterior, onde os oito melhores do mundo faturam anualmente de três a quatro milhões de dólares. E não, vamos jogar dardos?

LUIZ PIU

Sem Você Eu Não Sou Ninguém



JlUnB's não será o mesmo sem a sua alegria e vibração. Que tal torcer por seu departamento e seus amigos?

Reajuste seu ânimo, dê crédito ao seu time e cancele qualquer derrota!

Afinal, esta é ou não é uma torcida de nível superior?

IV. JlUnB's

JOGOS INTERNOS DA UNB
OUTUBRO E NOVEMBRO/87 — CENTRO OLÍMPICO



POTOS: Jornal dos Sports/Arquivo

JlUnB's

Quando, como e por que

Os Jogos Internos da Universidade de Brasília estão começando. Organizados anualmente pela Associação Atlética Acadêmica da UnB (AAUnB) e, recentemente, pelo Serviço de Apoio Esportivo e recreativo (AER — ligado ao DAC), os JlUnB's têm como principal objetivo incentivar a prática de diversos esportes, tais como, futebol de campo e de salão, basquete, vôlei, atletismo, natação, karatê, entre outros, visando promover a interação de toda a comunidade universitária. Em sua 4ª edição, os Jogos apresentam como novidade a inclusão de ex-alunos, que puderam se inscrever na competição através de sua recém-criada associação (AExUnB). Mas quais seriam as maiores dificuldades encontradas para a organização destes Jogos, e como a reitoria vem dando apoio a este evento?

Os dois primeiros JlUnB's foram disputados em 1983 e 1984, sofrendo uma interrupção em sua periodicidade no ano seguinte, devido à falta de estrutura interna em que se encontrava a AAUnB. Com a mudança de diretoria em 1986, os Jogos puderam novamente ser realizados, reunindo 882 atletas e quase 2.000 participantes (entre visitantes e torcida). "Acredito que este número poderia ter sido maior, se não fosse a interrupção em 1985", afirmou Wagner Mesquita, diretor-tesoureiro da AAUnB. Para ele a falta de uma maior mobilização de alguns Centros



Acadêmicos foi um dos principais entraves para a organização dos outros Jogos, mas para este ano "a resposta foi maior". O recrutamento de pessoal para trabalhar durante os Jogos foi outro problema citado; por meio de ofícios enviados aos diversos departamentos da Universidade, o AER procurou solicitar a aquisição de bolsistas para variadas funções, como serviço médico, processamento de dados, arbitragem, documentação da competição (através de vídeos, fotografias, reportagens e outros), havendo pouco retorno por parte destes. O calendário de 1987 da UnB também foi outro empecilho: "os JlUnB's deveriam ter sido realizados no primeiro semestre, porém as greves atrapalharam nosso cronograma: isto nos obrigou a promover os jogos justamente na época em que começam as chuvas em Brasília, o que fatalmente prejudicará a prática do futebol de campo, da natação e do atletismo, só para citar alguns", lembra Lucila Rondon, responsável pelo AER. Ela acrescenta que "a reitoria vem dando apoio aos jogos restando verbas à Associação. No entanto, devido ao atraso do calendário, parte do montante precisou ser

gasto em viagens de algumas delegações esportivas da UnB".

Para 1988, a organização pretende dar maior ênfase à divulgação dos JlUnB's, estendendo-a para fora da Universidade, numa tentativa de conseguir mais patrocínio. Para este ano a CODEPLAN se encarregou da parte promocional, confeccionando cartazes e regulamentos. Como premiação, além das medalhas de ouro, prata e bronze distribuídas aos atletas ou equipes vencedoras em cada modalidade, será conferida à entidade que obtiver maior número de pontos a Taça Cristóvam Buarque, conquistada em 1986 pelo Departamento de Educação Física. A posse definitiva da Taça, porém, somente ocorrerá quando uma mesma entidade sair vencedora três vezes, consecutivas ou não. Além disso, ganhará o Troféu "Participação" o departamento que mobilizar o maior número de participantes (a Física é quem detém este Troféu).

MARCOS PINHEIRO

BASQUETE

A nova força do esporte brasileiro

Os bons ventos voltaram a soprar sobre o esporte. Uma prova disto foi a boa campanha das equipes brasileiras no Pan-americano. Um dos destaques nos jogos foi, sem dúvida, o time de basquete feminino. Agora, um papo com Hortência, Paula e a treinadora Maria Helena.

O basquete brasileiro nunca esteve tão bem... As duas medalhas conquistadas no Pan-Americano nos Estados Unidos (prata no feminino e ouro no masculino) comprovam esta boa fase. Da desatenção do público à consagração no pódio, que caminhos percorreu esse esporte? Paula e Hortência, as duas maiores estrelas do nosso basquete, e a técnica Maria Helena desvendam o "mistério"...

Orientada pelo técnico Barbosa durante dez anos, a Seleção Feminina sofreu uma grande reformulação a partir do momento em que Maria Helena assumiu o comando, em 86. "Acho que a Maria Helena deu uma 'polida' na equipe. O Pan-Americano, os Jogos da Amizade e o Mundial foram importantes para o nosso aprimoramento dentro do método de jogo da nova treinadora" — diz Hortência. Para Paula, os frutos de um grande e longo trabalho estão sendo colhidos agora. Ela afirma que, por trás das vitórias há muita dedicação de toda a equipe e o bom trabalho da treinadora.

De basquete, Maria Helena entende muito... Antes de ser técnica, ela já foi estrela da Seleção. Sua excelente forma física não deixa dúvidas do seu passado de atleta. Hoje, o bom desempenho do time depende de seu comando. Para bem dirigir, ela procura conciliar a técnica e o preparo psicológico. As jogadoras apóiam esse método. "Mais importante que a técnica e a tática, a Maria Helena trabalhou o nosso lado psicológico; um importante fator extra-quadrado" — completa Hortência.

Mas qual a diferença entre ser jogadora e dirigir a Seleção? "Como jogadora, eu tinha a preocupação de jogar bem e ajudar minha equipe. Como técnica, é totalmente diferente: a cobrança é muito maior, porque eu tenho responsabilidade sobre o desempenho de todas as jogadoras" — responde Maria Helena.

base; não visando a um retorno imediato, mas a longo prazo" — complementa.

Para tentar reverter essa situação, as duas maiores equipes de basquete do País — MINERCAL e UNIMEP — que formam a base de nossa Seleção fizeram um movimentado jogo em Brasília (vencido por um ponto pela NERCAL de Hortência). "A gente veio à cidade para tentar difundir o basquete. É importante que os dirigentes se interessem e apoiem essa iniciativa" — explica Maria Helena. Ela julga fundamental a integração Empresa/esporte para a sobrevivência das equipes. Se as jogadoras entram com o talento, as empresas entram com o dinheiro. Assim, todos saem lucrando...

PRATA NO PAN

As meninas chegaram à prata. Será que elas esperavam essa conquista? "Certeza nós nunca tivemos, mas saímos do Brasil querendo ser campeãs. A Maria Helena colocou na nossa cabeça que nós tínhamos condição para isso" — relembra Hortência.

A briga pelo título foi difícil. Quatro equipes se equivaliam na disputa pelas medalhas: Estados Unidos, Canadá, Cuba e Brasil. Uma fatalmente ficaria de fora... "Nosso trunfo foi a vitória sobre a forte equipe do Canadá (terceira colocada no último Mundial) na semifinal e, assim, chegamos à final contra a equipe americana" — comenta Paula.

"O Brasil perdeu para os Estados Unidos embaixo da cesta". Pelo menos é isso que afirma a técnica Maria Helena. Segundo ela, as americanas são mais fortes e mais altas. Graças a isso, conseguiram, no segundo tempo, anular as nossas jogadoras de ataque. "Acho que sonhamos muito alto" — finaliza Paula.

E AGORA?

O próximo passo da Seleção é tentar a classificação para as Olimpíadas. Para isso, é preciso obter ao menos o quarto lugar no torneio Pré-Olímpico, que será realizado na Malásia. Doze das melhores equipes do mundo disputam as vagas. Só duas estão garantidas: Coreia — o país sede — e Estados Unidos — última campeã olímpica. Para o basquete, chegar às Olimpíadas não é nada fácil, pois só teremos essa chance. Não é como para o vôlei, que só precisa vencer o Sul-Americano e tem dois Pré-Olímpicos. O futebol, também tem duas oportunidades. "Nossa equipe vai fazer o máximo, mas precisa de apoio" — explica Maria Helena.

A demissão do Ministro da Educação, Jorge Bornhausen, pode afetar a evolução do basquete brasileiro. "Esse é um ano de Pré-Olímpico e qualquer mudança agora é prejudicial" — afirma a treinadora. Ela reclama da falta de continuidade dos trabalhos dos homens que dirigem o País: "Ninguém, no Brasil, tem condição de levar um trabalho até o fim. Um grupo leva uns seis meses para se inteirar dos problemas e, quando começa a 'arrumar a casa', acaba saindo. Todo o projeto vota, então, à estaca zero".

Sobre o futuro da Seleção, Maria Helena acredita que a renovação é essencial para o crescimento. A promoção de novas jogadoras, como as pivôs Janete e Ruth para o time titular, reforçou a equipe, que tinha sérias deficiências nessa posição. "Tudo é uma evolução. Se no passado a geração de Maria Helena e Norminha serviu de exemplo para nós, hoje o nosso time é espelho para as meninas que estão atuando no infante e no juvenil" — completa Paula.

TRÊS PONTOS PARA HORTÊNCIA

Jogando na Seleção Brasileira desde 1976, Hortência é sem dúvida nossa maior estrela no basquete. Natural de Piracicaba (SP), hoje ela está alterando o panorama do basquete mundial.

Campus: O que muda na sua vida o fato de ter sido considerada a melhor jogadora do mundo?

Hortência: Para a minha vida como pessoa, não muda nada. O que muda é que a cada título, cada elogio, aumenta a minha responsabilidade de nunca deixar cair o conceito que as pessoas têm de mim.

Campus: A Hortência jogadora não atrapalha a Hortência pessoa?

Hortência: Não, porque eu adoro o que faço. Tudo o que eu faço é

através do basquete.

Campus: A imprensa invade a privacidade do atleta?

Hortência: Não. O relacionamento com a imprensa é importante. No entanto, é preciso saber "lidar" com ela.

Campus: Você já pensou no que vai fazer quando parar de jogar basquete?

Hortência: Acho que vou continuar no esporte, ou como técnica ou como professora. Difícil é parar com o basquete e fazer alguma coisa que não tenha nada a ver com o esporte.

MARCOS PINHEIRO
GISELLE CHASSOT

Toque de Primeira

Foi dada a largada. Os JlUnB's começaram. Tudo teve início no congresso técnico, na segunda-feira, dia 5/10, onde foram sorteados as chaves e as primeiras rodadas dos esportes coletivos. A festa principal ficou por conta da cerimônia de abertura, na terça-feira, dia 6, apesar da chuva. Agora é só esperar que as equipes mantenham o mesmo pique e o entusiasmo para a alegria das torcidas da UnB.

Quando se mencionava alguma coisa sobre "futivôlei", a primeira associação que se pode fazer é com uma praia, geralmente, uma praia carioca. Mas, para a galera que prestigiou o primeiro campeonato brasileiro nas areias da "paria" do Pontão 45, no Lago Sul, o mar não fez falta. Muita animação, muita mulher bonita e um sucesso total. Parabéns aos organizadores. Vamos torcer para que aconteçam outras iniciativas como esta.

A Copa União, o campeonato que reúne as dezesseis maiores equipes do futebol brasileiro, vai chegando ao final de seu primeiro turno. Os dirigentes do chamado "Clube dos 13", porém, parecem não querer aceitar que a torcida está realmente de volta aos estúdios, mas não como eles esperavam. Será que o televisionamento direto nas tardes de domingo tem alguma coisa com isso.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

“Sarney governa com minoria e está isolado no poder”

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, 56, recebeu 7 milhões de votos nas últimas eleições. O AI-5 cassou o sociólogo, mas não impediu a ascensão de sua respeitada liderança. Nessa exclusiva, ele diz o que pensa da Constituinte, do país e dos militares.

Campus: A experiência presidencialista brasileira fracassou?

Cardoso: Não há dúvida nenhuma. Na realidade nunca houve propriamente um presidencialismo no Brasil, no sentido clássico, de que é exemplo o presidencialismo americano. Lá o Congresso sempre foi mais forte e sempre houve a instituição da Suprema Corte, que exerce a arbitragem política com mais força do que os tribunais brasileiros. Em segundo lugar, o nosso presidencialismo se acomodou e admitiu um sistema clientelístico, de nomeações desenfreadas. Com esse crescimento da burocracia nas últimas décadas, o que é normal no mundo contemporâneo, o presidencialismo ficou acavalado nessa burocracia. Com o regime militar isso ampliou mais ainda. Criou-se aqui um sistema irresponsável, no sentido técnico. Não se sabe quem é responsável pelas coisas. Se atribui ao presidente virtudes e culpas que ele não tem. Isso foi distanciando muito o Congresso do executivo. No regime militar era fácil, pois o executivo tinha força e o Congresso ficava de boca calada. Quando veio agora um período de maior liberdade, embora ainda não tenhamos institucionalizado

a forma pura, clássica, o parlamentarismo foi um pacto entre o rei e a câmara. O rei tinha poder absoluto e a câmara tomou os poderes do rei. O rei foi tendo seus poderes diminuídos. É importante que exista alguém que simbolize os interesses globais. Rei nós não vamos ter. Não tem nem cabimento. Então é necessário ter alguma força que emane do poder legitimador, que é o povo, e que tenha um papel político, que faça o cimento entre a sociedade e as instituições.

Campus: Mas esse parlamentarismo iria exigir uma reestruturação partidária?

Cardoso: Em primeiro lugar, ele requer mesmo que os partidos se fortaleçam. Ao mesmo tempo ele propicia esse fortalecimento, que o sistema presidencialista não deixa. A nossa história republicana mostra que as tendências de fazer partido esbarram com o poder do executivo. Acho que não se pode dar uma camisa de força para o sistema partidário. Sou favorável a que se torne mais flexível a formação de partidos. Vai ocorrer uma modificação partidária. Até porque os partidos que temos hoje ainda são o reflexo da legislação autoritária, quando

Campus: Quem tem medo?

Cardoso: Os grupos de interesse do Brasil. Você tem hoje, preventivamente, uma onda anti-parlamento que cresceu muito na medida em que queriam atenuar o parlamento e queriam também evitar que a população tivesse no parlamento uma esperança. Esse é um grupo de interesse que tem o controle dos meios de comunicação. Hoje há uma apatia gerada por isso. Gerada também pelo fato de que não houve as mudanças com o ritmo necessário.

Campus: Isso quer dizer que a transição estagnou?

Cardoso: Nós fizemos algumas mudanças. A convocação da Constituinte é uma mudança importante. Mas não houve modificações das instituições. Quer dizer, não houve a implantação de um novo sistema.

Campus: O Fernando Lyra diz que o país está patinando na transição.

Cardoso: Eu concordo. Está muito lento esse processo. E a prova dos nove é agora. É preciso entender que a democracia é a regra da maioria. A maioria (da Comissão de Sistematização) é parlamentarista.

Campus: O Presidente eleito não vai se chocar com um primeiro-ministro indicado?

Cardoso: Em primeiro lugar, já disse, o Presidente deve continuar tendo poder. Em segundo, a comparação não é correta. A comparação não é entre o Presidente e o primeiro-ministro, é entre o Presidente e o Congresso. E o Congresso sempre tem mais votos que o Presidente. A força, o executivo, não é o primeiro-ministro. Aliás, no projeto que está aí, o órgão do Governo não é o primeiro-ministro, é o Conselho de Ministros. Em terceiro lugar, essa idéia de que quando você tem muitos votos tem mais força que os outros é uma idéia anti-democrática. Eu tive quase sete milhões de votos. Mais do que eu na história do Brasil só uma pessoa teve. Foi o Covas. Mas ninguém. Nem presidente da República. Aqui tem senadores que tiveram menos de 100 mil votos. Porque eu tive sete milhões minha opinião vale mais do que esse que tem 100 mil? Não. Eu nunca levantei o argumento. Quem tem milhões de votos somos nós. Covas e eu, parlamentaristas, e nunca usamos o argumento de ter mais votos do que todo mundo no Brasil para dizer que é por isso que vamos impor nossa vontade. Essa é uma visão anti-democrática.

Campus: Até que ponto a Constituinte deve explicar ao executivo em relação ao que está fazendo? Que tipo de negociação está sendo feita?

Cardoso: Não participei de nenhuma negociação com o Planalto. Agora, acho que não se pode desconhecer as realidades. A Constituinte negocia com os sindicatos, a igreja, as Forças Armadas. Tem que negociar com o executivo. Especialmente no que diz respeito a programas como a reforma tributária, que afeta todo funcionamento do executivo. Acho isso normal. O que ela não pode é se submeter. Uma coisa é negociar, outra é ser subserviente.

Campus: A interferência do Planalto na Constituinte hoje é normal?

Cardoso: Não, porque ela tem sido feita através da imprensa, quando deveria ter sido feita de uma maneira mais tranquila, pela exposição de pontos de vista. Como foi exercida, a pressão tem efeito contraproducente. Quanto mais se tenha a sensação de que querem montar um rolo compressor, mais são os riscos de uma votação contra os interesses de quem está montando o rolo compressor.

Campus: Como se resolve a questão da tutela dos militares sobre os civis no Brasil, que o sr. chama de “desmilitarização do poder”?

Cardoso: Em primeiro lugar, essa tutela vem de longe, e a formulação inicial disso foi de Rui Barbosa, que deu “as Forças Armadas o poder de interferência. Temos, na Constituinte, que delimitar essa possibilidade de interferência. Intervenção só por demanda dos poderes constitucionais. E por determinação do presidente da República. Em qualquer país democrático é assim. Você imaginar que nunca haverá a participação das Forças Armadas num problema interno é ilusório. As vezes é preciso. Quando você tem uma eleição e precisa garanti-la são os partidos que pedem. O MDB antigo cansou de pedir a força federal para garantir eleição. Em outros momentos pode haver, como ocorre, um motim de polícia. Qual é a diferença entre intervenção fora da democracia e a intervenção na democracia? Uma só: quem é que autoriza. Nós estamos tentando mexer nisso aí.

Campus: As pastas militares devem ser entregues a civis?

Cardoso: Eu não sei se essa é a melhor maneira de assegurar o que estou dizendo. Em muitos países os ministros militares não são civis. Só são civis quando se cria o ministério da Defesa. E aí corre o risco de frequentemente o ministro civil ser, assim, uma rainha da Inglaterra. Ficar sem força efetiva e criar até disputas mais complicadas. Eu não vejo que haja necessidade disso, porque há uma submissão à regra democrática.

Campus: Os ministros militares devem sofrer voto de censura?

Cardoso: Tem de sofrer. Tem outro caminho para não sofrer o voto de censura: é não ter ministro militar. Mas aí ninguém pode opinar. Porque hoje o que dá legitimidade ao ministro militar para falar de política é que ele é ministro. Ele fala como ministro e não como chefe das Forças Armadas.

Campus: O deputado Maurício Campos (PFL-MG) disse que o parlamentarismo hoje pode levar a uma crise igual a de 67, podendo-se chegar a uma intervenção militar no processo político. Hoje há clima para golpe militar?



“Dizer que a Constituição que está sendo feita é um lixo é má educação e falsa superioridade”

gar a uma intervenção militar no processo político. Hoje há clima para golpe militar?

Cardoso: Eu acho que não. Acho que não há clima para golpe, não há disposição de golpe da parte dos militares, não há civis suscitando golpe. A sociedade já está vacinada pela experiência militar recente para não querer uma volta a esse passado. Mas eu não posso prever o futuro. Eu vou bater na madeira para evitar que isso ocorra aqui. E quando os civis começam a falar nisso, eles já estão começando a ir mal. Porque eles não deveriam nem entrar nessa discussão. Isso é abrir a porta dos fundos para uma solução não democrática.

Campus: E o risco do primeiro presidente eleito retomar o presidencialismo?

Cardoso: Ai não seria presidencialismo, mas caudilhismo. E eu sou contra.

Campus: O que o sr. acha do plebiscito popular após a promulgação da Constituição no que se refere ao sistema de Governo? Isso poderia abrir um precedente para o resto da Constituição?

Cardoso: Não pode haver plebiscito só para um pedaço do edifício. Até porque se for feito para o regime de Governo, vão querer também para o mandato do Presidente. Mas o plebiscito é uma arma que deve ser usada com cautela, porque em geral é uma arma autoritária. Não esquecer que Pinochet ganhou o plebiscito. Aqui, conforme o plebiscito, ao invés de ser uma reafirmação da vontade popular, pode resultar numa manipulação feita pela mídia e pelo executivo. De modo que eu vejo com cautela.

Campus: Na última reunião ministerial, o ministro do Exército fez várias acusações ao anteprojeto, até num tom de ameaça, e na hora que o sr. ia responder o presidente Sarney encerrou a reunião. O que o sr. queria dizer?

Cardoso: Que eu não concordava com o que o ministro do Exército havia dito. Aliás, eu disse a ele em seguida. Eu ia dizer com toda a tranquilidade, que as informações em que ele estava baseado não correspondiam à realidade. Qual era a informação? De que o texto teria sido o resultado de manipulação de um grupo minoritário radical. Eu ia dizer que não era verdade, que o texto foi baseado numa discussão ampla. Em segundo lugar, que o regimento da Constituinte assegura sempre que a maioria decida. Portanto, não pode haver essa questão de minorias e que era melhor ele se informar noutras fontes, que as fontes dele não eram corretas.

Campus: Por que o Presidente resolveu acabar com a reunião?

Cardoso: Eu acho que o Presidente simplesmente não quis que a reunião entrasse numa espécie de discussão passional. O Presidente não queria dar margem a bate-boca na reunião ministerial.

Campus: O país vive um momento de crise em diversos setores: crise política, crise econômica. Em junho o sr. disse que “a crise é Sarney”. O que exatamente o senhor quis dizer?

Cardoso: Eu quis dizer que tudo estava resumido nesse sistema presidencial que nós temos. E que acaba tudo ao redor do Presidente. Que enquanto não se desatar esse nó a coisa não funciona. Só há uma coisa que não se consegue fazer: a quadratura do círculo. Você não consegue num regime democrático governar sem se articular com a maioria. Na medida em que quem governa

fica na minoria, isso é crise. Foi isso que eu quis dizer. O presidente Sarney estava se encaminhando para uma articulação que o levaria a um isolamento, que levou. Continua nela. Continuo com a idéia de que o Presidente está isolado, levado a governar como se ele fosse maioria, todo mundo cobra dele, e ele não tem essa maioria.

Campus: Concorde com o mandato de Sarney até 1991 (como diz o anteprojeto)?

Cardoso: Não. Não concordo.

Campus: Até quando deve ser?

Cardoso: Há duas coisas separadas: uma é o mandato dos futuros presidentes. Acho que num regime parlamentarista normalmente se tem o mandato mais longo. Como aqui eu quero um Presidente que tenha poderes eu acho que cinco anos está bom. Agora, outra coisa é o mandato atual. E eu já disse inúmeras vezes e não tenho porque não repetir: podia ser de quatro anos.

Campus: A opção pelo parlamentarismo não pode surgir como um casuísmo por que o PMDB não tem candidato forte para concorrer com Brizola?

Cardoso: Eu acho que não dei nenhum argumento casuístico para fazer a defesa do sistema parlamentarista. Dei argumentos históricos, estruturais, nenhum argumento casuístico. Segundo, o PMDB quer ser poder é normal, pois ele tem maioria. Anormal é o contrário. O anormal é não ser, depois da votação que teve. Isso é que está errado e é uma das raízes da crise. Que possa haver um ingrediente conjuntural, política se faz sempre assim. Que isso seja para barrar Brizola, não. Até porque na minha concepção o Presidente vai ter força. Não creio que essa seja a motivação central, porque aqueles que tem mais preocupação em barrar Brizola continuam presidencialistas. São setores mais conservadores. Nunca foi o PMDB que teve essa preocupação obsessiva de barrar Brizola. Eu tenho dito isso inúmeras vezes, o jogo da democracia ou é para valer ou não é. Quem ganhar, ganhou. Agora, eu acho muito difícil o Brizola ganhar a eleição. E dizer que o PMDB não tem nome para ganhar eleição não é verdadeiro. As pesquisas têm mostrado que tem e tem mais de um.

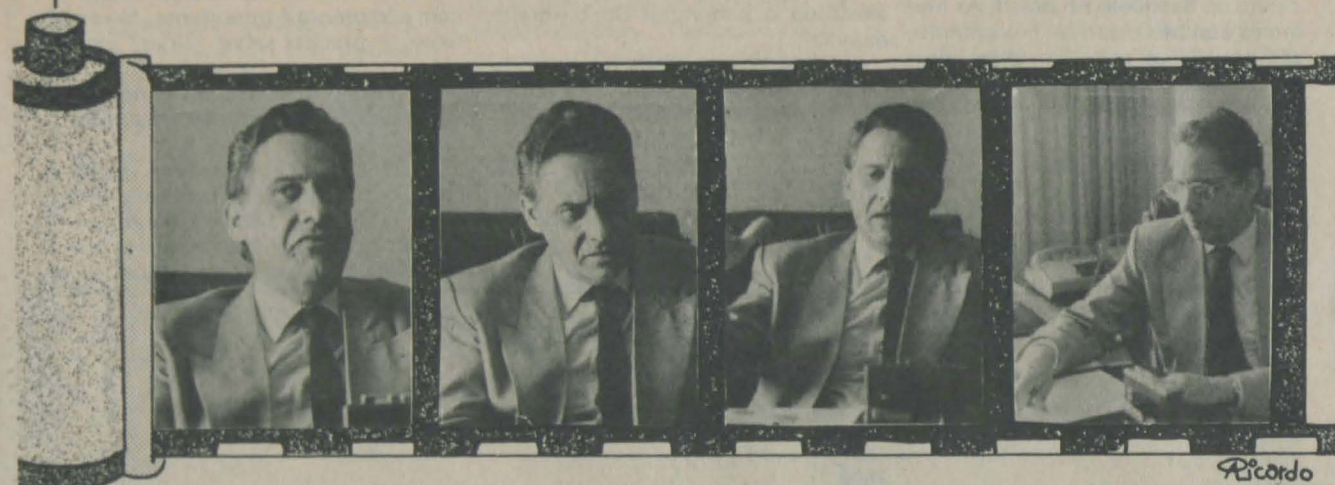
Campus: O líder do PFL, José Lourenço, disse que “a Constituição que está sendo feita é um lixo”.

Cardoso: É má educação dizer isso. Dizer que é um lixo o trabalho de todo mundo. Todo mundo trabalhou nesse texto. Nunca houve Constituição feita tão aberta, com tanta colaboração, tanta participação real. Então, é uma má educação e supeu uma espécie de superioridade de quem emite juízo tão drástico. Depois, o líder José Lourenço tem posições conservadoras mais do que conhecidas. É uma demonstração de que a Constituição avança.

Campus: Quem vence a batalha da Constituinte?

Cardoso: Pelos resultados que a gente dispõe, nós podíamos esmagar. Quem ganhar, ganhou. Perde. Você não tem que esmagar, tem que convencer. E esse convencimento é longo. O processo de elaboração dessa Constituição é uma digestão muito lenta.

Ricardo Miranda Filho
Verner Uhlmann
Flávio Guilherme



zado a democracia, o Congresso passou a falar e a se distanciar do executivo. O executivo se isolou, ficou mergulhado nessa burocracia e nadando no clientelismo. Pior ainda, o Congresso tira vantagem. Também entrou no clientelismo. Então, houve uma degeneração do sistema presidencial. Você pode perguntar: nesse caso não seria melhor restaurar o sistema presidencial clássico? Primeiro, nos Estados Unidos o regime funciona com outros ingredientes que nós não temos. Em segundo lugar, a sociedade brasileira, nesse meio tempo, se diferenciou muito, cresceu muito, ficou mais capaz de se representar. As sociedades modernas, quando chegam a esse ponto, querem um sistema em que hajam controles maiores por parte do Congresso, porque a sociedade controla mais o Congresso.

Campus: O sr. concorda com o líder Luís Henrique (PMDB-SC), que diz que o sistema presidencialista atual está mais sujeito a um golpe militar porque o presidente acaba buscando a estabilidade do seu Governo na força militar e não no Congresso Nacional?

Cardoso: Concorde. A todo instante nós temos esse fosso entre o Congresso e o executivo, e o executivo, direta ou indiretamente, ameaça com a força militar. O que é uma coisa inaceitável.

Campus: Os parlamentaristas estão divididos. Qual é o modelo ideal de parlamentarismo na sua opinião?

Cardoso: Venho de uma tradição presidencialista. Sempre achei que no Brasil não era oportuno o parlamentarismo pelas razões clássicas: não tinha uma burocracia, nem partidos. Mudei de posição, tendo em vista, primeiro, que essa burocracia não vai existir nunca se nós não tomarmos medidas drásticas para que ela ocorra. Segundo, que os partidos não vão se constituir com o atual sistema presidencialista, onde o presidente diz qualquer coisa e os partidos tremem. Mas, eu acho que é preciso adotar uma forma contemporânea de parlamentarismo. Da

havia sublegenda. A partir das eleições municipais nós vamos ver uma fragmentação partidária que é inevitável e positiva, porque a aglutinação ao redor de uma só legenda se deu por causa do regime autoritário.

Campus: Discute-se muito a transição entre o presidencialismo e o parlamentarismo. Qual deve ser o prazo de implantação definitiva do parlamentarismo? Há uma proposta de se retirar gradualmente os poderes do presidente (chefe de estado) para o primeiro-ministro (chefe de Governo), e outra que propõe um período de tempo em que não haveria o voto de censura aos ministros.

Cardoso: Acho que essa segunda fórmula talvez seja a melhor. Nomeia-se logo o ministério já no novo sistema, mas para estabilizar tira-se a censura por um ano. Não tem censura, mas em contrapartida não se pode dissolver a Câmara. Para poder equilibrar. Tenho medo que essa coisa de começar a tirar poderes do Presidente acabe num vazio de poder. Quando as pessoas sabem que daqui a tantos meses o Presidente não vai ter poder nenhum é pior. E como o objetivo não é acabar com o poder do Presidente, é criar um sistema que funcione, acho que funciona melhor essa outra fórmula.

Campus: O que pode causar a volta do Colégio Eleitoral?

Cardoso: Ah, isso tem que acabar. Não pode voltar. Não vai voltar. Isso foi uma tentativa de boa fé do relator para ver se arranjava uma fórmula de transição, mas não vai parar.

Campus: Os parlamentares estão sem credibilidade?

Cardoso: Hoje há uma enorme orquestração contra o Parlamento, porque tem medo que ele pode provocar.

“Não há clima para golpe, nem disposição de golpe da parte dos militares, nem civis suscitando golpe. A sociedade já está vacinada pela experiência militar recente para não querer uma volta a esse passado. O que não posso é prever o futuro. Vou até bater na madeira. Quando os civis começam a falar nisso estão abrindo a porta dos fundos para uma solução não democrática. No regime militar o Executivo tinha força e o Congresso ficava de boca calada. O executivo se isolou, ficou de boca mergulhado na burocracia e nadando no clientelismo. Houve uma degeneração do sistema presidencial. Hoje há um fosso entre o Executivo e o Congresso.”

”